



UNITAU

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
TELMA SUELI NASCIMENTO DA SILVA**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS IMPACTOS DO TURISMO
PELOS MORADORES DA PRAIA DO FAROL
ILHA DE COTIJUBA - BELÉM/PA**

**Taubaté-SP
2010**

TELMA SUELI NASCIMENTO DA SILVA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS IMPACTOS DO TURISMO
PELOS MORADORES DA PRAIA DO FAROL
ILHA DE COTIJUBA - BELÉM/PA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Ciências Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Claudinei Fonseca Souza

**Taubaté-SP
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

S586p Silva, Telma Sueli Nascimento da
Percepção ambiental dos impactos do turismo pelos moradores da praia do
Farol Ilha de Cotijuba – Belém/PA / Telma Sueli Nascimento da Silva. -
2010.

58 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Programa de Pós-
graduação em Ciências Ambientais, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Claudinei Fonseca de Sousa, Departamento Centro de
Ciências Agrárias - UFFCar.

1. Impacto ambiental. 2. Percepção ambiental. 3. Turismo. I. Título.

TELMA SUELI NASCIMENTO DA SILVA**"PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS IMPACTOS DO TURISMO PELOS
MORADORES DA PRAIA DO FAROL-ILHA DE COTIJUBA-BELÉM/PARÁ"**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em Ciências Ambientais pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Ciências Ambientais

Data: **19/11/2010**

Resultado: **Aprovada**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudinei Fonseca Souza

Universidade de Taubaté – Programa de

Assinatura _____

Pós Graduação em Ciências Ambientais

Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho

Universidade de Taubaté – Programa de

Assinatura _____

Pós Graduação em Ciências Ambientais

Prof. Dr. Maria Regina de Aquino Silva

UNIVAP - Fac. de Engenharia,

Arquitetura

Assinatura _____

e Urbanismo

Dedico este trabalho,

A meus pais, Pedro Gouldings de Souza e Dulcirene Nascimento de Sousa (*in memoriam*), pelas histórias de sucesso na educação dos filhos, mesmo diante de todas as adversidades.

A meu esposo, Paulo José, que me ensinou as prioridades da vida.

A meus filhos, Rafael e Rafaela, motivo de entusiasmo e paixão pela vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) a atribuição de Licença-Curso e Bolsa-Mestrado e à Secretaria de Educação do Município de Belém (SEMEC), a Licença-Curso, que possibilitaram a realização deste trabalho.

Apraz-me agradecer a todos os meus professores de Mestrado, em especial ao Mestre Dr. Cyro Rezende Filho, pelas idéias, sugestões e pelos incentivos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Claudinei Fonseca Souza, as sugestões, os esclarecimentos, as contribuições e os comentários sempre oportunos.

Aos meus colegas de mestrado, seja pelo convívio diário no período das disciplinas, pelas discussões e idéias via telefone e internet, ratificando que qualquer agradecimento aqui registrado ficará muito aquém do justo. Em especial, meu muito obrigada, à minha amiga Ana Alice pela ajuda incansável prestada na busca de bibliografia para a construção do Referencial Teórico deste trabalho.

Fico grata aos meus irmãos Marcelo, Gilberto e Mônica, e meu cunhado Alexandre, por terem me presenteado com passagens aéreas nas minhas idas a Taubaté.

Agradeço também a minha amiga Wilma Parente pelas sugestões e correções dos textos que constituem este trabalho.

Por fim, não com menos importância, agradeço ao meu esposo - companheiro do sucesso e das adversidades, da alegria e da tristeza, da saúde e da doença – todo tempo que dedicou a me ajudar na construção deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste estudo é expor uma abordagem sobre os impactos ambientais decorrentes da atividade turística, considerando-se um olhar mais atento sobre os fatores e consequências geradas ao meio ambiente e, assim, buscou-se, através de pesquisa bibliográfica e de campo, analisar a percepção da comunidade sobre impactos ambientais da atividade turística na Praia do “Farol”, Ilha de Cotijuba, em Belém/PA. Enfatiza, portanto, o referencial teórico sobre temas como impacto ambiental, meio ambiente, atividades turísticas e sua relação com a preservação e degradação ambiental. Aplicou-se, na comunidade pesquisada, um questionário, que resultou na constatação de que a atividade turística deve ser explorada a partir de critérios de sustentabilidade e que, tanto a comunidade quanto os visitantes, deveriam ser contemplados, pelo poder público municipal, por um projeto de educação ambiental, visando à valorização e ao respeito à biodiversidade local. Concluiu-se que o turismo na localidade pesquisada é caracterizado pela falta de um efetivo planejamento para o desenvolvimento da atividade; que o turismo de massa que caracteriza a atividade na Ilha de Cotijuba/PA é sazonal e degrada o meio ambiente, como consequência da especulação imobiliária; pela falta de planejamento da atividade e pelo acúmulo do lixo produzido pelos turistas; e que existe, pois, a necessidade de um planejamento adequado para o desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Cotijuba, tanto no sentido de sua otimização e melhoria dos serviços oferecidos, quanto no sentido da preservação ambiental e das condições de qualidade de vida da população local.

Palavras-chave: Turismo; Percepção Ambiental; Impacto Ambiental.

ABSTRACT

The objective of this study is to expose an approach about the environmental impacts resulting from touristic activity, considering a more aware look about the factors and consequences generated to the environment and, this way, it was searched, through a field and a bibliographic search, to analyze the perception of the community about the environmental impacts of the touristic activity on the “Farol” beach, in Cotijuba island, Belém, Pará. It emphasizes, then, the theoretical reference about themes as environmental impact, touristic activity and its relation with the environmental preservation and degradation. It was applied, at the searched community, a survey, that made possible the qualitative analyze of the environmental perception, which was classified a good one. It was concluded that the tourism in the searched place is characterized by the lack an effective plan to the development of such activity; that the mass tourism that characterizes the activity in the Cotijuba island, is seasonal and degradates the environment, as a consequence of the real-estate speculation , by the lack of plans to the of such activity and by the accumulation of the thrash produced by the tourists, and that there is, then, the necessity of an adecquate plan to the development of the touristic activity in the Cotijuba island, as much in the sense of its optimization and development of the offered services, as much as in the sense of the environmental preservation and the life quality conditions of the local population.

Key-words: Tourism, Environmental Perception, Environmental Impact.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Quadro com os tipos de ecoturismo e respectivas atividades	35
Mapa 1 –	Localização Geográfica da Ilha de Cotijuba/PA	39
Foto 1 –	Praia do Farol	40
Gráfico 1 –	Distribuição em porcentagem do grau de instrução dos informantes	44
Gráfico 2 –	Ocupação profissional dos informantes	45
Gráfico 3 –	Tempo de residência na Ilha de Cotijuba	45
Gráfico 4 –	A vida na Ilha de Cotijuba	46
Gráfico 5 –	Qualidade de Vida para os informantes	47
Gráfico 6 –	Significado de Meio Ambiente para os informantes	48
Gráfico 7 –	Costuma dialogar sobre o termo <i>meio ambiente</i> com os vizinhos?	49
Gráfico 8 –	Temas de diálogo entre os informantes que responderam positivamente (17,5%)	50
Gráfico 9 –	Você sabe o que é Impacto Ambiental?	51
Gráfico 10 –	A Percepção das ações dos informantes em relação à Praia do Farol	52
Gráfico 11 -	Mudanças ambientais mais recentes na Praia do Farol	53
Gráfico 12 –	Os responsáveis pelas mudanças ambientais para os informantes	54
Gráfico 13 –	Contribuição dos informantes para os problemas ambientais da Praia do Farol	56
Gráfico 14 –	Como os turistas poderiam contribuir para a solução dos problemas ambientais da Praia do Farol?	56
Gráfico 15 –	Se a Ilha não recebesse turistas, os problemas ambientais não existiriam?	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVO	12
3	REVISÃO DA LITERATURA	13
3.1	IMPACTO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	13
3.2	A BUSCA DO EQUILÍBRIO HOMEM/NATUREZA: O HOMEM COMO CAUSA E SOLUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL	15
3.3	MEIO AMBIENTE E QUALIDADE AMBIENTAL	21
3.4	IMPACTOS DO TURISMO SOBRE O MEIO AMBIENTE	22
3.4.1	Abordagem Histórica do Turismo	22
3.4.2	Conceituação do Turismo	26
3.4.3	Tipos de Turismo	29
3.4.3.1	Turismo Externo	29
3.4.3.2	Turismo Interno	30
3.4.3.3	Turismo de Lazer	31
3.4.3.4	Turismo de Eventos	32
3.4.3.5	Turismo de Negócios	32
3.4.3.6	Turismo de Saúde	33
3.4.4	Tipos de Ecoturismo	34
3.5	PERCEPÇÃO AMBIENTAL	35
4	MATERIAL E MÉTODOS	39
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	39
4.2	DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA	41
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
5.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	44
5.2	A PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A PRAIA DO FAROL	48
6	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	58
	REFERÊNCIAS	59
	APÊNDICE	64
	ANEXO.....	67

1 INTRODUÇÃO

O turismo das últimas décadas é caracterizado como um grande usuário da natureza. Sua evolução ocorreu como consequência da busca do verde e fuga dos tumultos urbanos por pessoas que procuram lugares que ofereçam contato com o ambiente natural. Os efeitos do grande afluxo de pessoas nesses ambientes – extremamente sensíveis – comprometem irremediavelmente esses ecossistemas.

O turismo não deve ser visto apenas como uma atividade econômica, conforme assumido muitas vezes por empreendedores. O turismo pode também destacar-se como um forte instrumento de desenvolvimento socioeconômico, potencializando e resguardando o patrimônio cultural e natural, além de fortalecer as identidades locais.

Dessa forma, o turismo, sendo também uma atividade econômica, produz impactos benéficos ou negativos nas áreas visitadas. Porém, tanto seus benefícios quanto os problemas dele decorrentes são potenciais, ou seja, dependem de como seu planejamento, implementação e monitoramento forem organizados e realizados.

A questão ambiental tem se tornado cada vez mais frequente na sociedade atual, visto que tem sido objeto de vários estudos, pelas mais diversas áreas do conhecimento, assim como a implementação de alternativas aos problemas ambientais depende do empenho de cada segmento da sociedade, cada um contribuindo a partir de suas condições, definindo seu campo de atuação e habilidades, aí se incluindo as ações governamentais de manutenção e preservação da natureza e de sua biodiversidade.

No entanto, apesar do evidente consenso da sociedade sobre a questão, uma gestão bem sucedida do ambiente tem sido dificultada seja pelo primado de fortíssimos interesses e estratégias de caráter econômico, seja pela presunção de posições tecnocráticas e, até, pela demagogia política.

A complexidade do comportamento humano não é bem representada por nenhum desses reducionismos. Assim, as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem, podem ser avaliadas através de uma cuidadosa análise das atitudes, preferências, valores, percepções e imagens que a mente humana tem a capacidade de elaborar. Desta maneira, os estudos das percepções ambientais dos homens de hoje constituem importante ferramenta no processo de uma gestão mais eficiente e harmoniosa do ambiente.

Percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa.

Desta forma, o estudo de percepção ambiental é de fundamental importância para compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. De tal modo, uma abordagem dos impactos ambientais decorrentes da atividade turística na Praia do “Farol”, localizada na Ilha de Cotijuba, em Belém/PA, considerando-se um olhar mais atento sobre os fatores e consequências geradas ao meio ambiente, é o motivo pelo qual esta pesquisa reporta-se ao estudo da percepção dos impactos ambientais.

Os resultados esperados referem-se à relevância social da temática, mediante a oportunidade de socialização dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa e elaboração do trabalho. Também, permitindo a disseminação da realidade ambiental da Praia do Farol – Ilha de Cotijuba/PA, locus de aplicação da pesquisa, assim viabilizando a vivência e o repasse experiencial verificados durante a pesquisa de campo e aplicação dos questionamentos à comunidade, possibilitando um processo dinâmico, sustentado em informações quantitativas e passíveis de reavaliação periódica.

2 OBJETIVO

Este trabalho teve por objetivo, analisar a percepção da comunidade sobre impactos ambientais da atividade turística na praia do Farol na Ilha de Cotijuba-Belém/PA.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 IMPACTO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Segundo expõe Branco (2004), a palavra “impacto”, em português, significa choque, colisão. Impacto ambiental é, pois, uma espécie de trauma ecológico que resulta do choque causado por uma ação, ou obra humana, em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente. Para o autor, além das fases diagnóstica e analítica, os estudos dos impactos ambientais consistem no processo de prever e avaliar as consequências da atividade humana sobre as condições do meio ambiente, bem como servem para delinear os procedimentos a serem utilizados preventivamente para mitigar ou evitar os efeitos julgados negativos.

Tais estudos fornecem indicadores para as tomadas de decisões, com o objetivo de prevenir a dilapidação ou eliminação das potencialidades do meio ambiente físico, fornecendo informações adequadas sobre as possíveis consequências nefastas que poderão se desenvolver com as implementações das ações humanas.

Thekivel et al. (1997 apud CORRÊA, 2001) assinalam que, de modo geral, os estudos de impactos compreendem as seguintes etapas:

- Diagnóstico do estado atual do meio ambiente e das características das ações alternativas;
- Previsão sobre o estado futuro do meio ambiente, considerando o evoluir do sistema sem a implementação das atividades e o evoluir com a implementação das ações. A diferença entre ambos os estados será a resultante dos impactos;
- Considerar os para reduzir ou eliminar as possíveis consequências do impacto antropogênico;
- Elaborar um relatório que analise todos esses pontos;
- Proceder à monitoria dos acontecimentos.

A modelagem de cenários sobre as organizações espaciais, visando à análise dos impactos antropogênicos e ambientais e a avaliação dos resultados obtidos na construção do espaço, em uma perspectiva integradora, são desafios que instigam os pesquisadores. Os

estudos de impactos ligados com a construção do espaço constituem apenas uma categoria de exemplo. Há outras categorias, nas quais são necessários o uso adequado e a aplicabilidade do conhecimento geográfico, no amplo contexto da questão ambiental.

Carvalho (2001) desenvolve uma crítica mais detalhada sobre as principais expressões do discurso ecológico oficial, definindo-o como aquele produzido pelas instituições governamentais nacionais e internacionais, com intenção de regular e disciplinar as práticas ecológicas. Para ele, o discurso oficial pretende conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento industrial, dentro de um modelo capitalista. Nessa ótica, os órgãos oficiais se esforçam para instituir uma interpretação da questão ambiental que possa aparecer com a verdade sobre o tema, apresentada como conselho mundial.

Na Conferência de Estocolmo em (1972, ONU), criaram-se, no âmbito das nações unidas, mecanismos centralizados de disciplinamento e controle dos problemas ambientais que por um lado apresentavam a “leitura correta” do problema e, por outro lado, sugeriam a direção de sua abordagem e solução. Esses mecanismos, que demarcaram a questão ambiental, são fundados em uma perspectiva liberal e nos valores da sociedade industrial.

Com base nesse conceito e análises percebe-se que, na temática meio ambiente, se discute a relação entre problemas ambientais, econômicos, políticos, sociais e históricos. Discute-se também, as responsabilidades humanas focadas para o bem-estar comum e o desenvolvimento sustentado, sem deixar enfocar nesse debate a relação entre seres vivos, não vivos, matéria e energia.

De acordo com Novelli (2005), devido à grande importância econômica de alguns ambientes naturais (praias, manguezais etc.), estes ambientes são degradados diariamente pela ação e ocupação do homem. Essa ocupação desordenada deve-se, principalmente, ao fato desses locais apresentarem condições favoráveis à instalação de empreendimentos que, geralmente, visam atender a interesses particulares.

Assim, eventos como os fenômenos naturais e atividades humanas citadas, podem resultar em ações de fatores ou forças, causando alterações nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, em que também são incluídas as relações socioeconômicas.

Entretanto, a intensidade dos tensores e de sua forma de ação depende do tipo da extensão, da distribuição no espaço, bem como suas intensidades e duração, determinando o grau dos impactos sobre o meio ambiente. Além disso, é preciso lembrar que cada tipo de ambiente natural reflete uma adaptação diferente às condições ambientais, que condicionam

suas composições e aspectos, fazendo com que estes ambientes sejam mais ou menos sensíveis a tipos particulares de fatores causadores de impactos.

Segundo Rocha (1999), os processos produtivos, fruto da ação transformadora do homem, causam alterações e impactos aos ecossistemas, tirando o equilíbrio e sacrificando povos e culturas, já que, ao transformar a natureza, o homem transforma a si próprio, às tecnologias e instrumentos, cria concepções e modifica o saber quando desenvolve a mente e o modo de ver o mundo.

3.2 A BUSCA DO EQUILÍBRIO HOMEM/NATUREZA: O HOMEM COMO CAUSA E SOLUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

O relacionamento homem/natureza remonta dos primórdios da civilização, sob um caráter meramente contemplativo. Como parte integrante de um mundo em que o humano, o divino e o natural encontravam-se interligados, o homem convivia em harmonia com o seu entorno, uma harmonia que foi abalada pela ênfase dada pela humanidade em sua evolução histórica à parte. O fato é que, a separação entre o ser humano e a natureza, resultou numa postura antropocêntrica, que fez desse homem a medida de todas as coisas e de todas as partes do ambiente ao seu dispor.

Com capacidade de mudar o curso dos rios, desmatar e desertificar regiões inteiras, explorar matéria-prima e produzir rapidamente, despejando na atmosfera, nas águas e no solo, quantidades imensuráveis de elementos poluentes, como também ocupar desorganizadamente o espaço, o homem agiu (e age) negativamente na natureza. Assim, a humanidade deixa de se sentir integrada ao todo e assume a noção de parte da natureza. Nas sociedades atuais o ser humano afasta-se da natureza, agindo de forma desarmônica sobre o meio ambiente e causando grandes desequilíbrios ambientais.

Frente a uma realidade imposta, filósofos, cientistas, artistas e religiosos têm, ao longo da escalada do homem, expressado sua admiração pela natureza e sua preocupação em protegê-la. As culturas orientais e a Grécia Clássica nos legaram reflexões filosóficas de grande sensibilidade a respeito das relações homem-natureza.

Em 1949, chamava-se atenção para a necessidade de uma ética de uso dos recursos da terra. Já nas décadas de 50/60, impulsionado pelos avanços tecnológicos, o homem ampliou

sua capacidade de produzir alterações no ambiente natural, notadamente nos países mais desenvolvidos e, na década seguinte, os efeitos negativos sobre a qualidade de vida já eram evidentes.

Em 1962, Carson lançava seu livro *Primavera Silenciosa*, que se tornaria um clássico na história do desenvolvimento ambientalista mundial e que trata da perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre os recursos ambientais. Ainda em 1954, por popularizar a ética ambiental, Schweitzer foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Em 1968, questionamentos dessa natureza foram sistematizados quando trinta especialistas de várias áreas reuniram-se em Roma para discutir a crise atual e futura da humanidade. Fundava-se o Clube de Roma.

De acordo com Cairns (2003), a separação homem-natureza constitui o pensamento marcante e dominante do mundo ocidental, que tem a mesma origem filosófica na Grécia e na Roma Antiga, confrontada com outros tipos de pensamento. O antropocentrismo e o pragmatismo utilitarista do pensamento cartesiano (homem materialista), segundo o autor, estão vinculados ao mercantilismo, tendo o homem como senhor e detentor de todo o mundo, afirmando o colonialismo. Com o desenvolvimento do mercantilismo e da burguesia, a riqueza passa a depender não mais da renda da terra, mas sim da técnica (da produtividade).

A Revolução Industrial constitui o marco da divulgação dessas idéias. As relações sociais são definidas no século XIX em função do pragmatismo acoplado à ciência e à técnica. A natureza passa a ser dividida: o homem é, então, entendido dentro de uma visão antropológica e sociológica, e a natureza é vista como objeto, tornando-se mais difícil, com esta desconexão, perceber o homem. Segundo Cairns (2003, p. 38):

É uma civilização industrial, em que impera o capitalismo, ainda inerente à atual sociedade contemporânea, que implanta a idéia de natureza exterior ao homem, surgindo o homem não-natural e provocando a separação entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Fato é que, a ciência moderna está relacionada com os pressupostos da sociedade que a originou, dentre os quais se destacam a oposição homem-natureza e a oposição sujeito-objeto.

Assim é que a expansão da atividade econômica, conforme o modelo industrial e agrícola (monocultura e uso abusivo de agrotóxicos), que vem predominando no atual sistema econômico, vem destruindo os ecossistemas e comprometendo a preservação e a conservação dos recursos da diversidade biológica. Sabe-se que a biodiversidade é fator fundamental para o enfrentamento das modificações ambientais. No entanto, é frequentemente atribuída ao

crescimento industrial dos últimos séculos a maior parte dos impactos causados ao meio ambiente (BELLO, 2008).

São muitas as preocupações mundiais relacionadas ao meio ambiente: poluição do ar, aquecimento global do planeta, poluição e escassez das águas, superpopulação mundial, ausência de saneamento básico, destino inadequado de resíduos, destruição progressiva da camada de ozônio, perda de florestas tropicais, de terras úmidas etc. Estas preocupações vêm provocando discussões sobre as consequências negativas do modelo de crescimento capitalista não aliado a um plano de gestão dos recursos naturais (CASTRO, 2006).

A necessidade de mudanças no atual estilo de exploração, produção e consumo dos recursos naturais é reconhecida pelos governos, organizações municipais, estaduais, federais e internacionais, algumas indústrias, organizações não governamentais e o meio acadêmico.

Segundo Leis e D'Amato (2000), os anos 50 são vistos como os do ambientalismo dos cientistas, pois é pela via da ciência que emerge a preocupação ecológica em âmbito mundial. A década de 1960 ficou caracterizada como a das organizações não-governamentais e ficou marcada pelo grande número de discussões e manifestações devido ao que se chamou, segundo Leis (2006), de “revolução ambiental norte-americana”. Este movimento reivindicava melhor qualidade de vida, com o ar, a água e o solo menos poluídos.

Em 1968, o industrial italiano Aurélio Peccei, sensibilizado com o ritmo de degradação e poluição ambiental, convidou um grupo de trinta especialistas de diferentes áreas para fazerem um estudo sobre o consumo e as reservas dos recursos naturais, a capacidade de suporte do planeta e o crescimento populacional. O objetivo do estudo era examinar a complexidade dos problemas que estavam afligindo os povos de todas as nações (deterioração do meio ambiente, expansão urbana descontrolada, crescimento industrial etc.). Este grupo de cientistas passou a ser chamado de “Clube de Roma”.

Em 1972, conforme Dias (2003), o Clube de Roma publica o relatório chamado “*Os Limites do Crescimento*”, que estabelecia modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, projetadas para predizer como seria o futuro se não houvesse modificações ou ajustamentos no modelo de crescimento econômico adotado nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Este documento, segundo o autor, denunciava a busca incessante do crescimento da sociedade a qualquer custo, e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento.

Conforme Montibeller Filho (1999), a década de 1970 é a da institucionalização do ambientalismo. O movimento ambientalista influenciou políticas públicas e teve papel importante quando deflagrou lutas com resultados práticos, tais como a conquista e a conservação de áreas verdes e despoluição de áreas (RIBEIRO, 2008). A degradação ambiental começou a tomar dimensões internacionais, expandindo-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia e Austrália (LEIS, 2006).

Os movimentos da década de 1960 e a divulgação do relatório do Clube de Roma levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972 a realizar a “I Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano,” em Estocolmo, capital da Suécia. Nessa Conferência estavam presentes delegações de 113 países. Teve início o diálogo entre países industrializados e países desenvolvidos a respeito do crescimento econômico, a poluição dos bem-estar globais, o bem-estar dos povos de todo o mundo e a necessidade de um trabalho de educação ambiental diante da crise ambiental. O resultado fundamental dessa Conferência para a educação ambiental observa-se na citação a seguir:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações presentes jovens, como adultos, dispensando a devida atenção aos atores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades inspirada no sentido de sua dimensão humana, bem como, a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, para ajudar a enfrentar a ameaça de crise ambiental no planeta (FELLENBERG, 2000, p. 79).

A década de 1980 ficou marcada pela “Comissão *Brundtland*”, que tinha como missão reexaminar questões críticas do meio ambiente e de desenvolvimento, visando dar uma nova compreensão, além de elaborar propostas de abordagem realistas. Coube, também, a esta Comissão, propor novas normas de cooperação internacional que pudessem orientar políticas e ações internacionais de modo a promover as mudanças que se faziam necessárias. Chama a atenção para a necessidade de uma nova postura ética em relação à “preservação” e “conservação” do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto dos integrantes da sociedade atual, como também das gerações futuras (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.4).

Em 1987 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) apresentou o relatório *Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD, 1991), que apresentou a necessidade

de um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso em todo o planeta, a ser alcançado pelos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Este relatório parte de uma abordagem em torno da complexidade das causas que originam os problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Segundo Leis (2006), a preocupação ambiental atinge a América Latina, Europa Ocidental, União Soviética e Leste da Ásia.

Na década de 1990, o setor empresarial começa a explorar um novo estilo de negócio, denominado “mercado verde”, para atender a uma demanda de pessoas sensibilizadas quanto às questões ambientais que emergiam. Este negócio implica ao produtor, produzir respeitando as normas de conservação ambiental.

Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” - UNCED (Rio-92) que contou com a participação de 170 países e teve como objetivos: examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais; recomendar medidas a serem tomadas nacional e internacionalmente, referentes à proteção ambiental, através de política de desenvolvimento sustentado; promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional e examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.

Durante a Rio-92 foram firmadas 2 (duas) convenções, uma sobre clima e outra sobre biodiversidade, uma declaração de boas intenções e uma Agenda de Ação – a Agenda 21 (MELLO, 2006). Através da Rio-92, de certa forma, houve um resgate dos princípios de “desenvolvimento sustentável” aprovados por diversos países: Princípio 1 - Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza; Princípio 2 – O direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades ambientais e de desenvolvimento das gerações futuras; Princípio 3 – A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo e não poderá considerar-se de forma isolada.

A construção da Agenda 21 brasileira, 26 de fevereiro de 1997, parte das discussões promovidas durante a Rio-92. O documento de sistematização das discussões é chamado de “Agenda 21 brasileira: Bases para Discussão”, que aborda os 06 (seis) temas norteadores do documento brasileiro, quais sejam: Agricultura Sustentável; Cidades Sustentáveis; Infra-

Estrutura e integração regional; Gestão dos recursos naturais; Redução das desigualdades sociais e Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Quanto à educação ambiental na Agenda 21 Brasileira, o documento dá ênfase à necessidade de produção de conhecimento científico para a sustentabilidade, preservação e conservação da biodiversidade, pesquisa para subsidiar a gestão dos recursos naturais, definição de indicadores de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade de empreendimentos pesqueiros, proteção dos solos, produção de madeira, manejo de sistemas agro-florestais, aproveitamento de resíduos e subprodutos da exploração de recursos florestais, aumento de produtividade em terras desmatadas, recuperação de ambientes degradados, inventários de fontes de poluição contaminantes nos diferentes biomas, entre outros Leite e Mininni-Medina (2001).

O documento recomenda, também, que todos os temas, em suas especificidades, estejam permeados pela educação ambiental e indica, como orientadores destas ações, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Carta de Brasília, resultado da I Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA).

De outro modo, as linhas de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental do MMA estão constituídas por Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental para a elaboração dos Programas Estaduais.

Para sistematizar o processo de elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental, foi proposta a criação de Comissões, Conselhos ou Fóruns Estaduais de Educação Ambiental, que hoje estão em processo de institucionalização por decreto do governo estadual e cuja missão, entre outras, prevê a articulação local-municipal-regional, no sentido da construção das agendas 21 locais, isto é, desencadear um processo que deverá levar os municípios à realização de um diagnóstico e um plano local de desenvolvimento sustentável participativos, o que pressupõe integrar as dimensões - econômica, ambiental, social e institucional.

O Programa Nacional de Educação Ambiental também prevê a formação de núcleos que devem atuar como centros de referências em informações a respeito de metodologias de educação ambiental, práticas/tecnologias sustentáveis, assim como prevê a promoção, articulação e a coordenação para fins de implantação de projetos demonstrativos, visando ao

desenvolvimento sustentável, nos campos de atuação econômica, prioritários do município/região onde estão implementados.

3.3 MEIO AMBIENTE E QUALIDADE AMBIENTAL

Segundo Tommasi (2008), meio ambiente significa “todo o meio exterior ao organismo que afeta o seu integral desenvolvimento” e, considerando-se que o meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas, como afirma Freitas (2001) e, assim, entende-se que o meio ambiente pode ser associado à qualidade de vida, tranquilidade e conservação da natureza, que envolvem o conceito de qualidade de vida e qualidade ambiental.

Qualidade de vida (QV) é definida por Parment (2002) como “uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial”. Para Barbanti (2004), “a QV é o sentimento positivo geral e entusiasmo pela vida, sem que haja fadiga nas atividades rotineiras”.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (citado por MACHADO, 2002) “a qualidade de vida diz respeito ao modo como o indivíduo interage (com sua individualidade e subjetividade) com o mundo externo, ou seja, como é influenciado e influencia”.

Para Robrini et al (2004 apud NOBRE, 2008), os critérios de avaliação da qualidade ambiental envolvem alguns determinantes básicos, tais como: habitação, saúde, educação, saneamento e, naturalmente, o meio ambiente, cujo objetivo é possibilitar o desenvolvimento digno da vida humana.

Nesse contexto, Dias (2004) assegura que a manutenção e a elevação da qualidade ambiental das cidades constituem responsabilidade dos vários órgãos governamentais de ação federal, estadual e municipal, além das instituições privadas no cumprimento da legislação ambiental e, ainda, da comunidade, esta com o poder de acionar os instrumentos legais de participação comunitária, visando à observação de seus direitos constitucionais relativos ao meio ambiente equilibrado.

Para o autor, é a população que deve se manter atenta à qualidade do ambiente em que vive, do ar que respira, da água que ingere, observando, assim, a qualidade do meio ambiente das áreas de lazer e de todas as áreas de conservação do patrimônio ambiental.

Por várias vezes, esse patrimônio é ameaçado pela ação irresponsável e egoísta de algumas pessoas que, nas suas funções profissionais, por desatenção, desonestidade ou incompetência, terminam prejudicando a qualidade ambiental urbana, através de derramamento, descargas, explosões, vazamentos, incêndios (DIAS, 2004, p. 297).

O autor sugere que a busca da qualidade ambiental em uma comunidade depende da aplicação de estratégias de percepção ambiental, que podem subsidiar ações em prol da preservação e elevação da qualidade do meio ambiente, a saber: verificação de fatores climatológicos que agridem a saúde do homem; índice de adoecimento; verificação da qualidade do ar (poeira em suspensão) e do conforto ambiental; pesquisa dos componentes do ambiente individual (cigarros, condicionadores de ar sem limpeza, veículos poluidores etc.), nível de ruídos, o acúmulo de lixo e a presença e não tratamento dos lixões.

A busca pela melhoria da qualidade ambiental requer, segundo o autor, o conhecimento dos mecanismos da política ambiental brasileira, assim como dos instrumentos que estabelecem os padrões de qualidade ambiental e a avaliação de impactos ambientais. No entanto, o mesmo autor considera que a contribuição individual é de grande importância, haja vista a necessidade de mudança de hábitos, tendências e necessidades, através da adoção de novos comportamentos, em contribuição à diminuição da degradação ambiental, defesa e promoção da qualidade de vida.

3.4 IMPACTOS DO TURISMO SOBRE O MEIO AMBIENTE

3.4.1 Abordagem Histórica do Turismo

Por mais que pareça recente a prática do turismo, estudiosos como Oliveira (2001) e De Rose (2002) garantem que o turismo é mais antigo que a própria expressão. Tem-se nos primeiros Jogos Olímpicos, que ocorreram em 776 a.C., na Grécia Antiga, os registros das

primeiras viagens, as quais, após esta época, foram se intensificando. Conforme Oliveira (2001), essa intensificação se deve à descoberta das propriedades de cura das águas minerais nesta localidade.

Entretanto, foram os Fenícios, inventores da moeda e do comércio, que deram os primeiros passos para facilitar a viagem, uma vez que os viajantes já não precisavam carregar ouro, prata e pedras preciosas para pagar as contas, pois podiam trocar os saquinhos de ouro pelas moedas. A partir daí, as viagens tornaram-se mais fáceis e mais seguras.

Para o autor De Rose (2002), a prática do turismo é ainda mais antiga e ele acredita que o turismo deva ter surgido com os babilônicos, por volta de 4000 a.C. De Rose (2002) conta que três grandes motivações foram responsáveis, na Antiguidade, por estes deslocamentos: o interesse político, o econômico e o religioso.

Mas é só no Império Romano que existem registros das primeiras viagens de lazer. Neste período (27 a.C. a 476 d.C.), segundo Oliveira (2001), foram construídas muitas estradas, instalando-se aí hospedarias e centros de tratamento termais, permitindo, assim, que se viajasse com mais frequência. Esse povo viajava por lazer, comércio e para conquistar outras regiões. Os nobres romanos viajavam exaustivamente para visitar grandes templos, percorriam longas distâncias e paravam para a troca de animais – transporte da época – fazendo surgir as primeiras hospedarias.

Já no século XVII o turismo faz parte da aristocracia inglesa, garantindo *status* e sendo aceito como parte da educação de jovens cavalheiros. “Os jovens de boas famílias que ansiavam por carreiras de administradores, advogados ou soldados, eram incentivados a viajar para o exterior como uma versão anterior do *grand tour*, muitas vezes retornando um tanto desgastados” (LICKORISH e JENKINS, 2000). Os ingleses, poderosos e ricos, consideravam cultos apenas quem tivesse sua educação ou formação profissional completadas com um *grand tour* pela Europa.

Para Andrade (2005, p. 9):

O *grand tour*, sob o imponente e respeitável rótulo de “viagem de estudos”, assumia o valor de um diploma que lhes conferia significativo *status* social, embora – na realidade – a programação se fundamentasse em grandes passeios de excelente qualidade e repletos de atrativos prazerosos, que denominavam de “turísticos”, nomenclatura adotada para expressar a realização de volta ao mundo conhecido ou possível à sociedade mais evoluída da época.

Com o tempo, estas viagens pela Europa se tornaram comuns aos nobres ingleses e novas rotas começam a fazer parte da burguesia inglesa, como: as Américas, as Índias Orientais, o Extremo Oriente, o Egito, e as cidades portuárias da África do Norte. Todavia, em se falando de desenvolvimento da atividade do Turismo, não se pode deixar de citar as peregrinações religiosas dos cristãos (romeiros) para Meca, que predominaram a partir do século VI.

De acordo com Oliveira (2001), os interesses religiosos continuaram sendo, durante a Idade Média, a mola propulsora das longas viagens, tendo sua queda com a sociedade feudal, uma vez que esta era baseada na fixação do homem na terra. Assim, não se realizavam deslocamentos para fora dos feudos, pois não havia comércio a praticar. Os deslocamentos de viajantes, peregrinos, soldados e mercadores, em todo o território europeu, foram reiniciados com as Cruzadas, inicialmente para recuperar o Santo Sepulcro, em Jerusalém. A partir daí, essas Cruzadas que tinham caráter beneficente. Transformaram-se em atividades lucrativas.

Outra mola propulsora do Turismo, conforme Oliveira (2001), foram as Grandes Navegações (século XVI e XVIII), que deram impulso às viagens de longo curso, antecedendo o período denominado de “Turismo Moderno”. Esse período principiou com as escolas portuguesas e espanholas, as quais promoviam viagens para os estudantes, acompanhados por professores (tutores), com o objetivo de aumentar os conhecimentos de seus alunos. Os tutores foram os antecessores dos atuais guias turísticos.

Segundo Lickorish e Jenkins (2000), foi apenas a partir de 1945, período pós-guerra, até os dias de hoje, que ocorreu a decolagem do turismo, já que essa é uma era de revolução na tecnologia, de mudanças e desenvolvimento industrial em massa, resultando em uma aceleração quanto à criação de riquezas e ao escalonamento de rendas disponíveis. As mudanças de grande projeção no estilo de vida individual e na comunicação pessoal e em grupo provaram ser novos fatores na formação da sociedade.

Os avanços tecnológicos na área de transporte foram as maiores e mais importantes molas propulsoras do turismo. Se antes os transportes eram feitos por animais que percorriam em média de 4 a 6 km/h, e eram limitados a viagens individuais ou veículos com pouquíssima capacidade, a engenharia foi responsável, em parte, pela agilidade do processo de deslocamento. Com as ferrovias e os navios a vapor, surgiram as viagens em massa. “Com as viagens em grupos houve o desenvolvimento de *resorts* e a introdução da indústria de viagens, formadas por agências e operadoras de turismo” afirmam Lickorish e Jenkins (2000).

A 1ª Guerra Mundial interrompeu abruptamente a era próspera das ferrovias e do vapor. No término da guerra, junto à era dos automóveis, conheceu-se o turismo social com o aumento de férias pagas, da variedade de atividades de lazer recreativas e atividades especializadas, difusão de albergues, transporte barato e turismos com ônibus fretados. Mais uma vez, a guerra, dessa vez a 2ª Guerra Mundial, desacelera a evolução do turismo. Foi então que, só a partir de 1945, o turismo decolou. A população passou a viajar mais por causa do surgimento das indústrias automobilísticas, que mudou o estilo de vida das pessoas.

De acordo com Sancho (2001), dos anos 50 à década de 80, o número de viagens internacionais, em âmbito mundial, duplicou a cada dez anos aproximadamente. Nesse período, a demanda de todo tipo de bens se caracterizou por um crescimento contínuo. Já na década de 80, o mercado do setor turístico alcançou um maior grau de maturidade, caracterizando-se pelo crescimento mais lento da demanda e pelo excesso de oferta.

Assim, o aumento médio das entradas de turistas internacionais aos destinos cresceu em ritmo mais lento, em torno de 4,5% ao ano e, na década de 90, o Turismo Internacional não demonstrou uma clara tendência em seu crescimento e se caracterizou por apresentar um elevado grau de resistência às flutuações econômicas.

De maneira geral, esse foi o desenvolvimento da atividade do Turismo através dos tempos, e perdura até os dias atuais. O turismo que hoje é apontado como a solução para o desenvolvimento econômico de algumas localidades teve seu início no século retrasado, tendo como seu grande ícone, o primeiro agente de viagem do mundo, Thomas Cook, nasceu em 1808, em Melbourne, na Inglaterra:

A grande arrancada de Cook ocorreu durante um encontro em Leicester, num verão de 1841, quando teve a idéia de criar um trem fretado para o evento seguinte. Cook organizou o primeiro tour de viagem em larga escala, conduzindo juntas quase 500 pessoas dos mais diversos tipos. As tarifas de trens, mesmo para curtas distâncias, eram consideradas muito elevadas para a classe operária. Diante desta situação, Cook tentou convencer os responsáveis pela empresa ferroviária *Midland Counties* a oferecer tarifas reduzidas em troca da possibilidade de ter como retorno um expressivo número de passageiros... Cook adotou uma estratégia de inovação ao criar uma modalidade de viagens em grupo, com tarifas mais acessíveis (BARBOSA, 2002, p. 52).

3.4.2 Conceituação do Turismo

Dentre os vários autores que apresentam definições para o turismo, Andrade (2005, p. 38) afirma que o turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento.

Para Lage e Milone (2000), o turismo é uma manifestação voluntária decorrente da mudança ou deslocamento humano temporário, envolvendo alguns componentes indispensáveis, como: transporte, alojamento, alimentação, entretenimento, entre outros.

Já para Walker (2002), a palavra turismo não apareceu na língua inglesa senão no começo do século XIX. A palavra *tour* estava mais associada à idéia de uma viagem ou turnê teatral do que à idéia de um indivíduo “viajante somente por prazer, que é a acepção em uso atualmente”.

O turismo pode, assim, ser definido como a ciência, a arte e a atividade comercial especializadas em atrair e transportar visitantes, acomodá-los, e atender, com cortesia, a suas necessidades e desejos.

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, (apud WALKER, 2002), o turista é o visitante que permanece mais de uma noite e menos de um dia. Viajantes de negócios e convenções também se incluem nessa definição.

Assim, para Walker (2002), o turismo significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Um hoteleiro, por exemplo, provavelmente diria que o turismo é magnífico porque traz hóspedes que lotam os quartos dos hotéis e restaurantes. Um funcionário do governo, entretanto, definiria o turismo como um benefício econômico, como mais dinheiro entrando no país, estado ou cidade. Para simplificar a definição, o turismo é, muitas vezes, enquadrado em categorias baseadas nos segmentos fatores:

- 1) Geográfico: internacional, regional, nacional, estadual.
- 2) Propriedade: Estadual, economia mista, iniciativa privada.

Segundo Walker (2002), os governos participam das decisões do setor do turismo pelo simples fato de que o turismo e as viagens transcendem as fronteiras. Os governos são

responsáveis pelo controle de entrada e saída de cidadãos estrangeiros em seu território. Eles tomam parte das decisões que envolvem parques nacionais, preservações de patrimônio histórico, proteções ambientais, assim como aspectos socioculturais da atividade turística. O turismo é, ate certo ponto, um embaixador internacional, promovendo a boa vontade e o intercâmbio entre culturas e povo de todo mundo.

Portanto, é fácil perceber que o turismo não é apenas uma atividade econômica e sim um importante veículo de desenvolvimento sócio econômico.

Ruschmann (1997) ressalta que os impactos do turismo se referem à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras, e que eles são consequência de um processo de interação entre turistas, comunidade e meios receptores.

Dessa forma, o turismo, sendo também uma atividade econômica, produz impactos, benéficos ou negativos nas áreas visitadas.

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994) apontam alguns impactos positivos que o turismo pode produzir:

- a) sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, de valores culturais e do patrimônio histórico;
- b) ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
- c) geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em diversos níveis (local, regional, estadual, nacional);
- d) possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e da infraestrutura (viária, médica, sanitária, de comunicações e de abastecimento);
- e) estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade;
- f) fomento de outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis, como o manejo de plantas medicinais, ornamentais etc.;
- g) intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida; e
- h) melhoria do nível sociocultural das populações locais.

Em contrapartida, o documento afirma que o turismo pode, igualmente, produzir impactos negativos, dentre os quais:

- a) consumo do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;
- b) alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- c) incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento;
- d) estímulo ao consumo de *souvenirs* produzidos a partir de elementos naturais escassos;
- e) aumento da produção de lixo e resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- f) perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas;
- g) geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística,
- h) adensamentos urbanos não planejados e favelização;
- i) aumento do custo de vida, supervalorização dos imóveis e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais.

Para que os impactos negativos sejam minimizados, deve-se determinar a capacidade de carga do local que, como já foi citado, é o número de visitantes e o grau de desenvolvimento ótimo que um local pode receber, sem que implique efeitos prejudiciais aos recursos e à perda da qualidade da atração (GÓMEZ et al., 2003).

Desse modo, a atividade turística não pode ser planejada desvinculada do meio; deve ser vista como um sistema, onde todas as partes estão interligadas. No planejamento devem ser considerados os aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Os maiores impactos causados pelo desenvolvimento desordenado do turismo estão principalmente relacionados aos impactos ambientais e sociais causando, por consequência, uma crise de todo o sistema e inviabilizando, dessa forma, a proposta de que o turismo pode ser bom para uma dada localidade.

O turismo desenvolvido de forma massiva possui diversos aspectos negativos. Quanto à paisagem natural, muitas vezes cria um ambiente totalmente descaracterizado, retirando a cobertura natural original no momento de suas construções, depois repondo a vegetação com plantas exóticas que normalmente crescem com uma maior velocidade, descaracterizando,

desta forma, a paisagem natural, além dos graves efeitos causados pelas interferências no equilíbrio ecológico.

Outro impacto negativo diz respeito à necessidade de mão-de-obra especializada. Nesse sentido, os centros turísticos normalmente buscam recrutar pessoas em outras localidades, de onde vem também grande parte do abastecimento para o funcionamento de seus equipamentos (hotéis, restaurantes etc.).

Os aspectos positivos da exploração turística, em um dado município, podem ser alcançados através de:

- a) consciência de preservação do ambiente natural;
- b) respeito ao patrimônio histórico e cultural do município;
- c) envolvimento da comunidade através do conceito de desenvolvimento sustentável, pelo qual os nativos são treinados com a finalidade de se tornarem mão-de-obra especializada no atendimento aos turistas.

3.4.3 Tipos de Turismo

3.4.3.1 Turismo Externo

O turismo externo, ou ativo ou internacional, como também é conhecido, concorre diretamente com o turismo interno, não só em relação ao destino, mas inclusive, em relação à economia, já que, quando algum turista decide fazer turismo fora do país, todos os gastos referentes à hospedagem, alimentação, transportes no destino, lazer etc. serão investidos em outros países, gerando lucro para a economia externa.

Turismo externo é o conjunto de atividades turísticas exercidas por cidadãos que ultrapassam ou viajam além do território do país de sua residência em direção a um ou mais países receptivos, onde, temporariamente, consomem bens e serviços no atendimento de suas necessidades ou conveniências (ANDRADE, 2005, p. 51).

3.4.3.2 Turismo Interno

O turismo interno vem sendo promovido exaustivamente no Brasil, através de campanhas publicitárias promovidas pelos órgãos de turismo federal, estaduais e municipais, com o intuito de promover os destinos brasileiros e movimentar a economia do país.

Andrade (2005, p. 72) define turismo interno como: “o conjunto de atividades especializadas de natureza turística acionado, de modo parcial ou pleno, por habitantes de determinado país, que viajam, se hospedam e usufruem de serviços específicos, sem deixar o território nacional”, e completa: “[...] o turismo interno é uma modalidade que não gera divisas nem gasta a moeda nacional na aquisição de bens produzidos no exterior, além dos limites das fronteiras nacionais”.

Como é possível se verificar, o turismo é um dos instrumentos mais importantes em termos de alavancagem da economia local. Em muitas regiões, a atividade garante o crescimento econômico-social, possibilitando, assim, geração de empregos e uma distribuição de renda mais justa. Por ocasionar fenômenos de consumo, originar rendas, criar mercados nos quais a oferta e a procura se encontram, o turismo interno, então, é uma força econômica das mais importantes.

Oliveira (2001) afirma que os resultados do movimento financeiro, decorrentes do turismo, por serem expressivos demais, justificam que esta atividade seja incluída na programação da política econômica de todos os países. Visto por muitos como uma atividade secundária, o turismo passa a receber atenção especial por ser uma fonte geradora de receitas e a exigir metódica e delicada manipulação, consolidando-se dentro do conceito de “indústria normal”. Isto porque há uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz. Para analisar o fenômeno turístico, o autor admite que se deve levar em consideração dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas.

3.4.3.3 Turismo de Lazer

Para Marcellino (2000), o lazer se refere à necessidade humana de se distrair ou recrear para o “desestresse” da pessoa. Está voltado, também, a eventos de massa que, em sua maioria, são relacionados ao teatro, cinema, exposições, esportes, por isso essas atividades são recreativas.

Marcellino (2000) diz que o lazer é: “descansar, recuperar as energias, distrair-se, entreter-se, recrear-se, enfim, o descanso e o divertimento são os valores comumente mais associados ao lazer”.

Ao ser realizada por sua vez a atividade de lazer, enquanto o turismo, está classificada em seis áreas fundamentais que são os: os interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais.

Os interesses turísticos são a quebra da rotina temporal ou espacial, em que se buscam novas paisagens, novas pessoas e costumes, considerando-se que o turismo é uma das práticas mais antigas da economia mundial. Milhares de pessoas, anualmente, cruzam oceanos, fronteiras e limites, em busca de novos negócios ou simplesmente de diversão.

Nesse contexto, o turismo de lazer é realizado por pessoas que viajam sem compromisso de trabalho, apenas por lazer e pode ser praticado em qualquer lugar. Para De Rose (2002), “As pessoas se deslocam apenas para conhecer novos locais, descansar, sair em férias. Procuram locais que ofereçam uma boa infra-estrutura e equipamentos que proporcionem lazer e entretenimento”.

Este tipo de turismo pode ser praticado em qualquer lugar com ou sem infra-estrutura. Todavia, é claro que estradas confortáveis e seguras, divertimentos, bons hotéis, restaurantes, serviços turísticos e possibilidade de fazer compras são atrativos incontestáveis. “Antes de definir o roteiro, o turista escolhe e seleciona os lugares para visitar em função do produto turístico que melhor atenda aos seus objetivos, ou seja, que ocupem seu tempo livre” (OLIVEIRA, 2001).

3.4.3.4 Turismo de Eventos

Toda pessoa que viaja para participar de congressos, feiras, *workshops*, lançamentos de produtos ou serviços no mercado, acontecimentos promovidos para a discussão de assuntos de interesse comum (profissionais, de entidades associativas, culturais) está praticando turismo de eventos.

“Cerca de 40% do movimento turístico internacional acontece em função da realização de eventos, e os produtos turísticos são vendidos no atacado, motivo que torna este tipo de turismo muito disputado entre os países”, explica De Rose (2002, p. 49).

O turismo de eventos é responsável por 40% da movimentação de turistas internacionais e é o foco de muitos investimentos da área, isto porque esta modalidade de turismo proporciona vendas de passagens aéreas, hospedagens, refeições e serviços em gerais, por atacado. Os produtos são consumidos em grande escala e em uma só época (OLIVEIRA, 2001).

3.4.3.5 Turismo de Negócios

O termo turismo de negócios existe para não excluir da classificação de turista os indivíduos que viajam a negócios, e que depois de suas atividades, usufruem dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos da localidade.

O conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer, praticado por quem viaja a negócios, referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologias, vender ou comprar bens ou serviços, denomina-se turismo de negócios, turismo técnico, viagem de negócios (COSTA, 2004).

Este conceito resume e explica muito bem por que estes indivíduos são turistas. Entretanto, estes, ao viajarem, para entrarem no conceito de turismo, devem realizar os demais tópicos do conceito: permanecer por mais de 24 horas, utilizar meios de transportes,

meios de hospedagem, alimentação, em resumo, movimentar a atividade econômica no centro receptor onde ele esteja. Este termo existe com alguns objetivos e possibilidades específicas:

Segmentação de mercado - nova forma de exploração e expansão do mercado turístico.

Não-exclusão de indivíduos que viajam a negócios do conceito de turismo - estes indivíduos também são turistas e devem estar dentro do conceito do mesmo, mesmo só tendo um valor simbólico.

Incentivo à criação de um produto voltado a esses turistas de negócios - para que eles fiquem, podem ser criados pacotes turísticos específicos para eles.

Incentivos com facilidades para que estes fiquem após estes negócios - para complementar estes pacotes, facilidades podem existir incentivando-os a ficar pelo menos mais um dia (COSTA, 2004, p. 3).

Com o motivo pelo qual existe esta segmentação de mercado dentro do turismo explicitado, pode-se entender que, em razão dessas necessidades mercadológicas, se criam novos nichos.

3.4.3.6 Turismo de Saúde

Segundo Silva e Barreira (1994), o que atualmente se conhece como Turismo de Saúde advém do uso terapêutico das águas minerais (termais), cuja origem é discutida desde a mitologia grega. Dessa forma, as fontes minerais propiciaram “ambientes para tratamentos diversos”, facilitando a formação de centros de peregrinação e motivação para viagens, os santuários denominados “Asclepions”, a partir dos quais o conhecimento da arte médica era passado de geração para geração por sacerdotes médicos. No Brasil, o Termalismo se iniciou a partir a partir da ocupação do interior do país pelos bandeirantes com a descoberta das primeiras fontes de água mineral, que eram utilizadas para a cura e o repouso (SILVA; BARREIRA, 1994).

Dessa forma, a partir da origem, evolução e interesse científico pelo Termalismo, ressurgiu um complexo de atividades científicas, fisioterápicas, médicas, empresariais, públicas e administrativas, aí se incluindo as atividades de turismo, resultando no termo Turismo de Saúde, que se deriva do termo francês *week-end de santé*, ou seja, “tratamento de fim de semana”:

O Turismo de Saúde se propõe a ser modalidade crenoterápica, na qualidade de inovação surgida recentemente, destinada aos esgotados, estressados ou acometidos de certas doenças crônicas de tratamento ambulatorio, que estão impedidos de permanecer prolongadamente nas estâncias, em virtude de seus afazeres profissionais, questões econômicas e outras decorrências particulares (MOURÃO apud SILVA; BARREIRA, 1994, p. 20).

Nesse sentido, as autoras afirmam que o Turismo de Saúde inclui *check-ups*, dietas especiais, tratamentos com complexos vitamínicos, hidroterapia, balneoterapia, acupuntura e tratamento com ervas.

3.4.4 Tipos de Ecoturismo

Para efeito de classificação, Ribeiro e Barros (1997) subdividem o ecoturismo ou turismo ecológico em quatro categorias, que compartilham características, mas que se diferenciam nas dimensões e na qualidade das infra-estruturas disponíveis para sua realização, que são:

a) Turismo tipo Cancun: apresenta uma infra-estrutura complexa de serviços, transporte e comunicação na região receptora, "região-alvo", e em diversos pontos de saída, "de captação", dispersos no mundo. Consiste em empreendimentos de capitalismo tradicional baseados no respeito ao meio ambiente e à cultura local;

b) Turismo tipo institucional-ambiental: em que o visitante de uma unidade de conservação é admitido e frequentemente guiado dentro de um território delimitado, seguindo regras preestabelecidas para usufruir daquela área diferenciada;

c) Turismo tipo aventura de luxo pseudocientífico-humanista: em que o turista - em transporte rápido, confortável e seguro, guiado por ambientalistas - visita a mãe-natureza e o bom-selvagem;

d) turismo tipo aventura desportista de grupo: (canoagem, alpinismo, *trekking* etc.), que inclui modalidades alternativas de baixo investimento de capital fixo, mas de alto retorno. Baseia-se em ideologias ambientalistas e/ou místico-religiosas.

Pires (1997) divide o ecoturismo pelo critério das atividades, como pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1: Quadro com os tipos de ecoturismo e respectivas atividades.

Tipos de Ecoturismo	Atividades Ecoturísticas
Ecoturismo Científico	Estudos e Pesquisas Científicas em Botânica, Arqueologia, Paleontologia, Geologia, Zoologia, Biologia, Ecologia etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da Vida Selvagem (fauna e flora), Interpretação da Natureza, Orientação Geográfica, Observação Astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, Acampamentos, Contemplação da Paisagem, Banhos e Mergulhos, Jogos e Brincadeiras, Passeios Montados etc.
Ecoturismo de Aventura	"Trekking", Montanhismo, Expedições, Contatos com Culturas Remotas etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, Canoagem, "Rafting", Bóia <i>Cross</i> , Rapel, "Surf", Vôo livre, Balonismo etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural do ecoturista com populações autóctones (primitivas/nativas) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturista	Prática do "Nudismo" ao ar livre e junto à natureza.

Fonte: Pires, 1997.

O autor ainda aponta que, apesar da classificação em nível teórico, a qual distingue conceitualmente tipos de ecoturismo e atividades ecoturísticas, na prática, observa-se uma integração entre tipos e atividades ecoturísticas no momento de seu planejamento e realização. Por exemplo, atividades recreativas podem ser combinadas com atividades esportivas, ou atividades educativas com aventura, e assim por diante, dado que os ambientes naturais, onde estas atividades são desenvolvidas, proporcionam múltiplas possibilidades de realização.

3.5 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

De acordo com Del Rio (1996), percepção é entendida como um processo mental do indivíduo com o meio ambiente, que se dá por mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Nesse processo, quase todos os sentidos estão envolvidos, principalmente a visão, e o resultado de todos eles é a formação da imagem, mesmo de forma fragmentada. Portanto:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 4).

Desse modo, a Percepção Ambiental é diferente para cada indivíduo, pois depende do lugar, personalidade e cultura, assim estabelecendo-se um valor individual às vivências dos indivíduos e, nesse sentido, para o autor, a “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5), sendo a percepção uma atividade e um “estender-se para o mundo” (TUAN, 1980, p. 14) e, assim, as atitudes em relação à vida e ao meio ambiente refletem as variações individuais de percepção sobre o lugar ou a cidade onde vive.

Para Lynch (2002), a cidade é uma construção no espaço, apenas perceptível no decorrer do tempo e cada pessoa tem alguma relação com determinada parte da cidade e a imagem fica armazenada na memória do indivíduo.

Para captar a percepção das pessoas são utilizadas algumas técnicas e as mais comuns são os mapas mentais, o perfil de polaridade e a técnica desenvolvida por Lynch (2002). Os mapas mentais expressam os valores visuais da cidade imaginada pelos indivíduos e, se fazendo a superposição destes mapas, é possível obter incidências de diversos elementos, construindo, assim, uma imagem pública para um determinado grupo (KOHLSDORF, 1996).

Os perfis de polaridade se referem às qualidades atribuídas aos lugares abordados, através de técnicas mais avaliativas do que analíticas. São usadas expressões para fazer as representações de imagens, como, por exemplo, “atraente”, “bonito”, “estranho”, “complexo”, dentre outros.

De acordo com Kohlsdorf (1996), a análise visual de Lynch (2002), pioneiro nos estudos de percepção ambiental e de imagem da cidade, é a técnica mais adequada à caracterização morfológica porque procura o potencial das formas na construção das representações mentais.

Lynch (2002) organiza os lugares através de cinco elementos, sendo eles: caminhos, bairros, limites, pontos focais e marcos visuais. Para este autor, estes elementos são constantes em todo e qualquer espaço urbano existente, chegando a esta conclusão através de investigações feitas em habitantes de algumas cidades, através de mapas mentais.

Segundo Kohlsdorf (1996), a técnica dos mapas mentais oferece um rico conjunto que expressa o mundo visual imaginado pelos indivíduos. Neles podem-se encontrar elevações, perspectivas, anotações verbais e símbolos.

Para Lynch (2002) a “aparente clareza ou legibilidade da paisagem citadina” significa a facilidade que uma pessoa tem de reconhecer e organizar as partes de uma cidade.

Kohlsdorf (1996) acrescenta a este conceito outros itens importantes como a capacidade que um objeto tem de ser facilmente gravado na memória (qualidade de pregnância), a maneira inconfundível com a qual uma forma se apresenta (individualidade) e a associação de partes de uma situação ou de um sistema de elementos interdependentes (continuidade).

Fernandes et al (2008, p. 1) expõe que a Percepção Ambiental é definida como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, a percepção do ambiente no qual está inserido e, assim:

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas) dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa.

Le Goff (1996) afirma que a percepção é insculpida na memória, que remete o homem a um conjunto de funções psíquicas que podem atualizar impressões ou informações passadas e, nesse sentido, “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”. Nesse sentido, Okamoto (2002) afirma que “não vemos a realidade absoluta, mas uma realidade percebida por meio de sentidos que reagem aos estímulos externos e internos, filtrada por condicionantes físicos, mentais e conceituais”.

Observa-se, no entanto, que a forma individualizada de perceber o ambiente revela-se uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais, haja vista os diferentes valores e importância atribuídos por cada indivíduo ou grupo de indivíduos, que incutem na memória diferentes atributos e importância, segundo seus interesses e objetivos, pois:

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico (TUAN, 1980, p. 68).

Ou seja, para o autor, a percepção individual de indivíduos e/ou grupos de indivíduos depende da cultura na qual estejam inseridos ou tenham sido criados ou educados, mediante o que são estabelecidas diferenças entre, por exemplo, a percepção ambiental de um nativo e

um visitante, especialmente o turista, já que o nativo é imerso na totalidade de seu meio ambiente, ao passo que o visitante possui uma percepção reduzida do lugar, frequentemente utilizada para compor quadros.

A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes. [...] O entusiasmo do estranho, não menos que sua postura crítica, podem ser superficiais. [...] O julgamento do visitante é muitas vezes válido. Sua principal contribuição é a perspectiva nova. [...] O visitante, frequentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente (TUAN, 1980, p. 74-75).

Dessa forma, o autor considera que pode haver mudanças em relação à percepção ambiental do residente, em vista de diferentes experiências, alterando, assim, a visão de mundo dos indivíduos, suas atitudes e valores ambientais, podendo resultar em manifestações específicas do amor humano, isto é, do elo afetivo pelo lugar – a Topofilia que, segundo Tuan (1980, p. 107), busca explicar os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material e que diferem em intensidade, sutileza e modo de expressão:

A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética; em seguida pode variar de um efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida

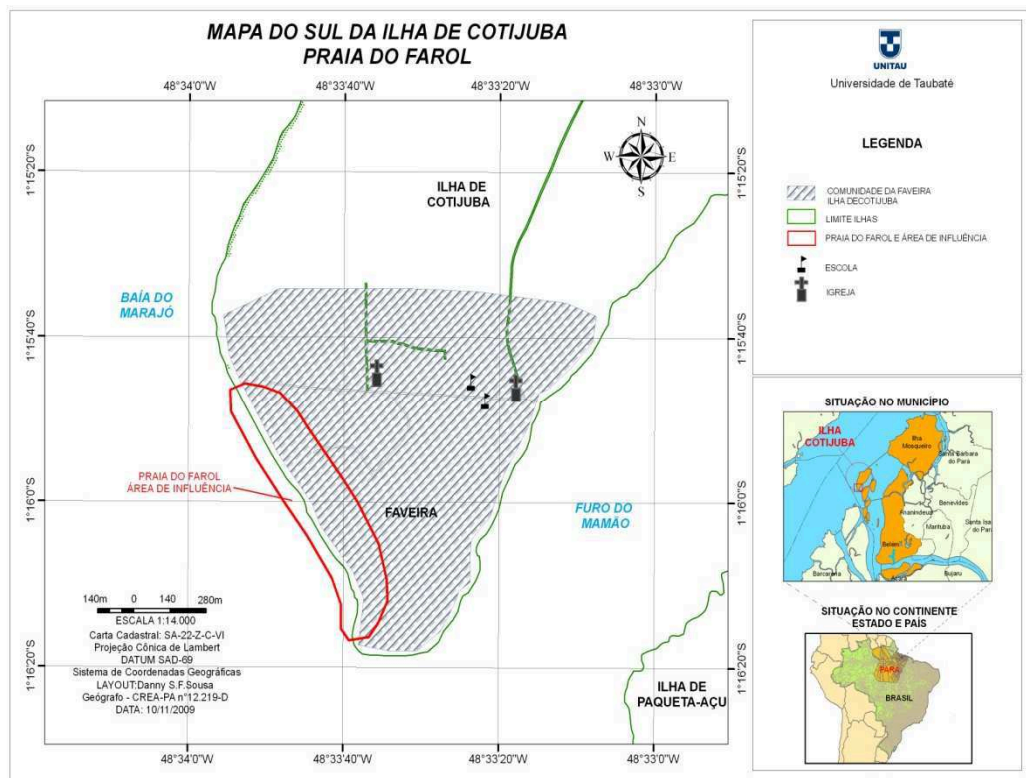
É nesse contexto, segundo o que expõe o autor, que se manifestam a apreciação estética, a familiaridade e a afeição, bem como o patriotismo em relação a um determinado lugar, permitindo a alteração de valores no sentido da valorização do meio ambiente.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Ilha de Cotijuba localiza-se, geograficamente, no Fuso 22 e nas coordenadas de 48°38'30" W Greenwich e 1°15'30" sul, na confluência da Baía do Marajó com a Baía do Guajará, no Estado do Pará, tendo ao Nordeste a Ilha de Mosqueiro; ao Norte, a Baía do Marajó; ao Sul, a Ilha do Arapiranga e o Rio Pará; ao Sudeste, as Ilhas de Jutuba e Paquetá e o Canal de Cotijuba (Figura 1).

A ilha de Cotijuba tem 17 km de extensão, e fica distante 8 km, via fluvial, de Icoaraci e tem 16 km de praias preservadas ecologicamente.



Mapa 1 - Localização Geográfica da Ilha de Cotijuba/PA

Fonte: Danny S. F. Sousa, 2009

Sua área equivale a 15,22 km², segundo dados da Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (CODEM), possuindo clima semelhante ao clima do município de

Belém, com elevados índices pluviométricos, cerca de 2.800mm ao ano e temperaturas oscilando entre 24°C a 33°C, com média anual de 26°C.

A Ilha de Cotijuba faz parte do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT) e é considerada Área de Proteção Ambiental pela Lei Orgânica do Município de Belém (WANZER; BRITO, 2003).

Apresenta uma ocupação desordenada e, segundo Melo (2010), a administração local calcula uma população estimada em cerca de 5.000 pessoas, contingente que aumenta em feriados prolongados, fins de semana e no período de férias escolares, chegando a triplicar o número de pessoas na Ilha, já que, dentre os atrativos naturais da Ilha de Cotijuba, encontra-se a Praia do Farol (Figura 2), foco deste estudo, uma das praias mais famosas da Ilha, que fica distante do Trapiche cerca de 7 km e é a que possui a maior estrutura para hospedagem de turistas, com um total de oito pousadas e diferentes tipos de bares e restaurantes.



Foto 1 – Praia do Farol

Fonte: www.municípioonline.com.br (2009)

Enfatiza-se, assim, que a atividade turística na Ilha de Cotijuba é sazonal, caracterizando-se como um turismo de massa, que altera a configuração sócio-ambiental da localidade, pois:

O aumento do fluxo turístico levou também a uma procura intensa por terrenos que pudessem ser utilizados para o estabelecimento de moradias de veraneio, gerando com isso uma especulação imobiliária e alguns empregos para o morador local, tornando-se “caseiro” ou simplesmente empregado doméstico. [...] Em quase toda a extensão da Ilha observamos placas de vendas de terrenos, que apostam no turismo como uma forma de fazer especulação imobiliária (GOMES, 2001, p. 42).

Para este autor, a atividade turística na Ilha de Cotijuba é prejudicial à localidade, já que não tem por parte dos governantes nenhum tipo de planejamento, limitando-se, segundo Farias (2006), a regularizar o transporte fluvial sob a alegação de tirar a Ilha de seu relativo isolamento.

Após uma análise da proposta de turismo para o estado do Pará, se percebeu que nem a PARATUR (Empresa de Turismo do Estado do Pará) e nem a BELEMTUR (Coordenadoria Municipal de Turismo) inseriram a Ilha de Cotijuba nas rota turística desenvolvida por elas, este fato foi comprovado durante o último FSM (Fórum Social Mundial) realizado em 2009 em nossa capital, quando os órgãos públicos acima citados não apresentaram nenhuma proposta de rota turística para que os visitantes chegassem à Ilha de Cotijuba. Isso mostra que a Ilha não está inserida nos planos e projetos públicos de turismo (MELO, 2010, p. 119).

Observa-se que essa atividade turística traz pouco ou nenhum benefício sócio-econômico para a população local, ocorrendo, ainda, o desrespeito à população local e ao meio ambiente, pois resulta em sujeira na trilhas e nas praias em vista da produção de lixo e da não preocupação do turista ou visitante com a preservação ambiental. Tal situação somente não é agravada porque a Lei nº 7.768, de 02 de janeiro de 1995, proíbe a circulação de veículos automotores na Ilha de Cotijuba, exceto tratores agrícolas e ambulâncias.

Relativamente ao lixo, expõem Pereira, Farias e Santos (2000) que a coleta é feita pela Prefeitura Municipal de Belém somente uma vez por semana, às segundas-feiras, tendo como destino final uma usina da compostagem do Distrito de Icoaraci. No entanto, a coleta não é feita em todas as comunidades da Ilha, o que resulta em queima ou aterramento do lixo pelos moradores, além de deposições irregulares em alguns pontos da Ilha, situação também agravada pelo acúmulo do lixo produzido pelos turistas que a frequentam.

4.2 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

A comunidade residente na Praia do “Farol”, localizada na Ilha de Cotijuba, em Belém/PA, que Diegues (2004) classifica como uma típica comunidade amazônica – a comunidade ribeirinha ou tradicional possui um determinado perfil de territorialidade, etnicidade e espiritualidade relevante quando se pretende apreender o valor da “persistência” e operacionalização de seu modo de vida.

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, com a observação direta que analisa a realidade do objeto estudado. Os procedimentos seguidos foram: pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário, análise dos dados, resultados e conclusões.

Em relação ao universo, a pesquisa efetivou uma análise da percepção pela comunidade local dos impactos ambientais relacionados à atividade turística na Praia do Farol. Esta comunidade está localizada na Ilha de Cotijuba, onde residem cerca de 5.000 pessoas aproximadamente (Melo, 2010). A amostra da pesquisa foi calculada a partir da equação 1:

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (n - 1) + z^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Sendo:

n= tamanho da amostra;

z = escore z tabelado para distribuição normal para um nível de confiança escolhido;

p= proporção com a qual o fenômeno se verifica;

N= tamanho da população;

e= erro máximo permitido.

Aplicando a fórmula com os seguintes valores:

n= 1,96 para um nível de confiança de 95%

p = 50%

q = 50%

N = 5.000

e = 6,5%

Obteve-se o tamanho da amostra dessa comunidade totalizando 217 pessoas.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi o questionário (adaptado de Gomes e Santos, 2006), o qual foi avaliado e aprovado pelo Conselho de Ética da Universidade de Taubaté – UNITAU (Protocolo CEP/UNITAU nº 412/09 (ANEXO)), com perguntas fechadas e semi-abertas (APÊNDICE). O referido questionário foi apresentado de porta em porta

aleatoriamente, à população estudada, ou seja, a uma amostra de 217 pessoas maiores de 18 anos, pertencentes à Comunidade da Praia do Farol, na Ilha de Cotijuba/PA.

Os dados foram coletados com os participantes da pesquisa, no período de 15 a 30 de dezembro de 2009, após as coletas, foi realizada a análise e interpretação dos mesmos, ocorrendo a tabulação dos dados, que foram dispostos em tabelas, possibilitando a geração de gráficos e facilitando a visualização das informações obtidas. Nesse sentido, os dados foram importantes por proporcionarem respostas às investigações e, dessa forma, foram apresentados os principais resultados que subsidiaram as discussões e conclusões da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

A abordagem feita a 217 (duzentos e dezessete) pessoas pertencentes à Comunidade da Praia do Farol, na Ilha de Cotijuba/PA, revelou que 11,9% se declararam sem instrução; 60,8% disseram possuir o nível fundamental; 19,3% informaram ter o nível médio de escolaridade e 8,0% afirmaram que possuem o nível superior, conforme demonstra-se no gráfico 1.

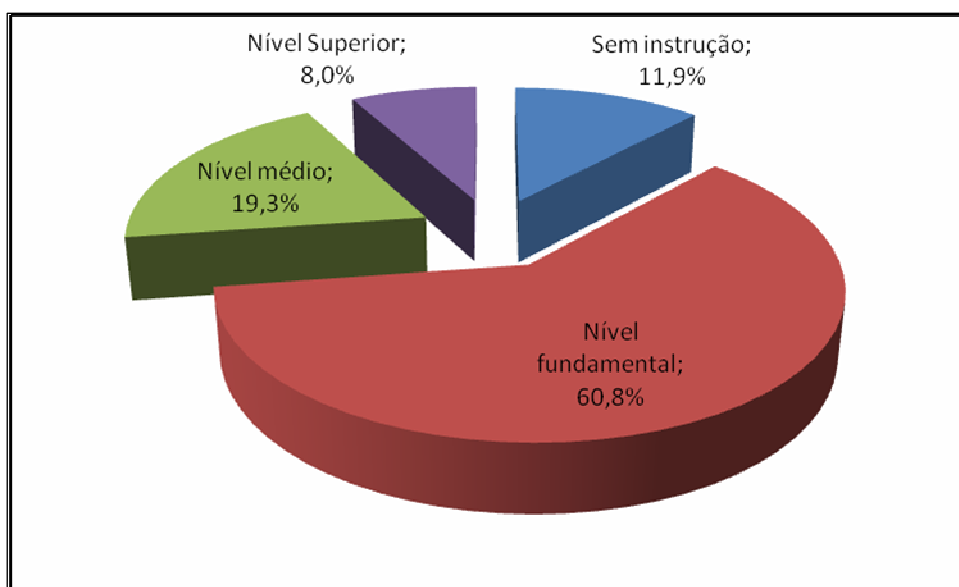


Gráfico 1 – Distribuição em porcentagem do grau de instrução dos informantes

A pesquisa apresenta que a maioria das pessoas abordadas possui baixa ou nenhuma escolaridade, fato que resulta na busca por emprego de baixa exigência de qualificação, com remuneração baixa e próxima do nível de subsistência, isto é, remuneração percebida por algumas profissões típicas de indivíduos com baixo nível de escolaridade, tomando-se como exemplo algumas ocupações profissionais declaradas pela maioria dos informantes, ou seja, autônomo – 42,9% (vendedores, artesãos etc.); pequenos comerciantes – 3,7%; marítimo/pescador – 10,7% aqui se incluindo pessoas sem instrução; trabalho como doméstica – 7,4% onde se incluem todos os que se declararam sem instrução. Dentre os que

se declararam com nível médio e superior de ensino, têm-se: servidor público – 8,7%; professor – 8,7%; aposentado – 12,4%; outras profissões– 5,5% (Gráfico 2).

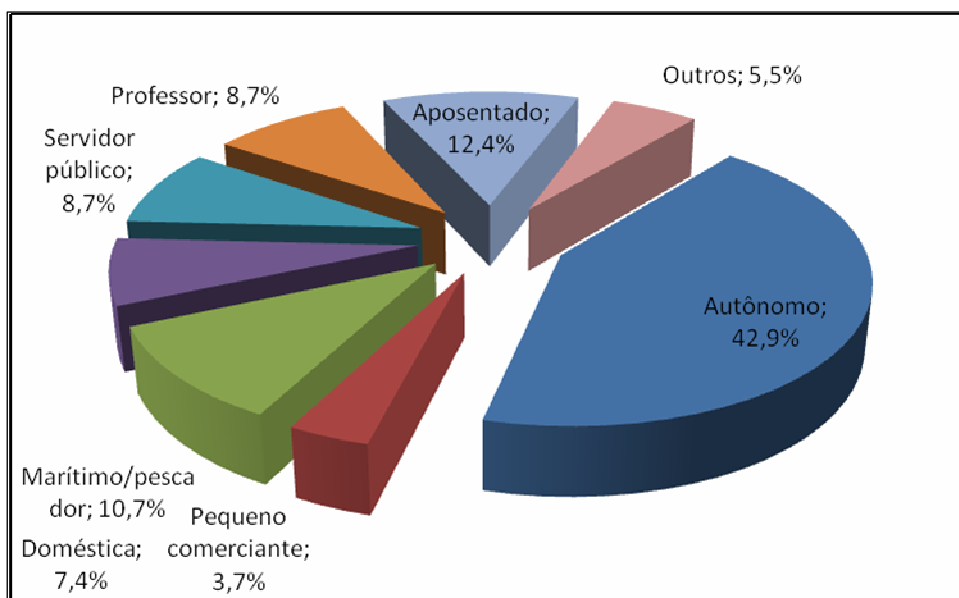


Gráfico 2 – Ocupação profissional dos informantes

Com relação ao tempo de residência verificado entre os informantes da pesquisa, obteve-se os seguintes resultados: 19,4% declararam residir na Ilha de Cotijuba há menos de cinco anos; 36,4% - de 5 a 10 anos; 30,8% - de 10 a 20 anos; e 13,4% - mais de 20 anos (Gráfico 3).

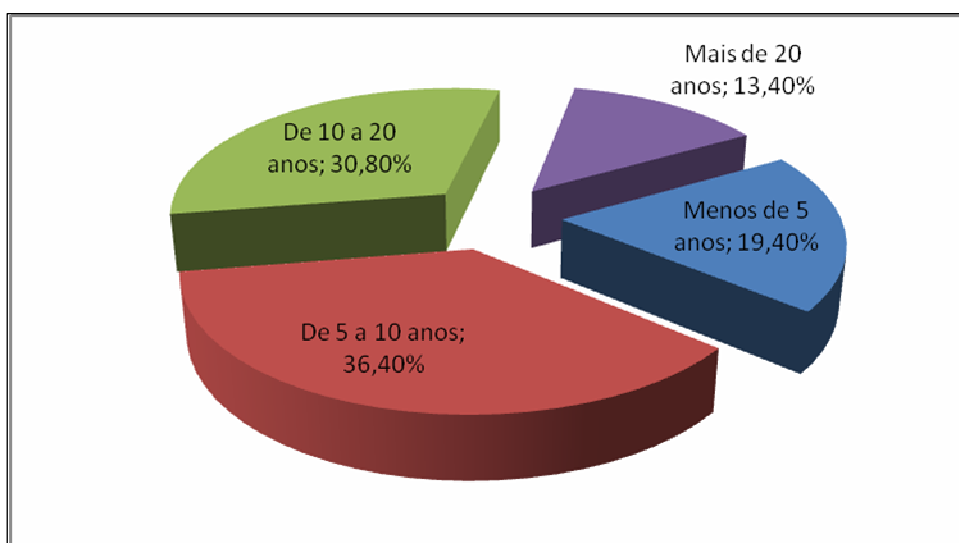


Gráfico 3 – Tempo de residência na Ilha de Cotijuba

Tal resultado configura que, apesar do relativo crescimento urbano-industrial, essas populações, corroborando com Diegues (2004), conseguiram se adaptar a alguns mecanismos capazes de articular suas relações com a natureza, sem configurar uma perda total em nível social, ambiental e econômico, haja vista o registro, conforme demonstrado anteriormente, de profissões características de grandes centros urbanos, mas que se misturam com ocupações típicas dessas comunidades (como marítimos, pescadores, pequenos comerciantes e autônomos), além de ocupações voltadas para a prática do turismo existente na Ilha.

No entanto, para Diegues (2004), a exploração de atividades características do modo de produção capitalista é capaz de propiciar perda na qualidade de vida e uma posterior desestruturação dessas comunidades tradicionais, também provocando perda da biodiversidade e do equilíbrio ecológico existente na localidade e, nesse sentido, buscou-se apurar a percepção dos informantes quanto à vida na Ilha de Cotijuba, tendo-se apurado que, para 5,5% dos informantes, é Excelente; Boa, para 57,1% e Regular, para 37,4% (Gráfico 4).

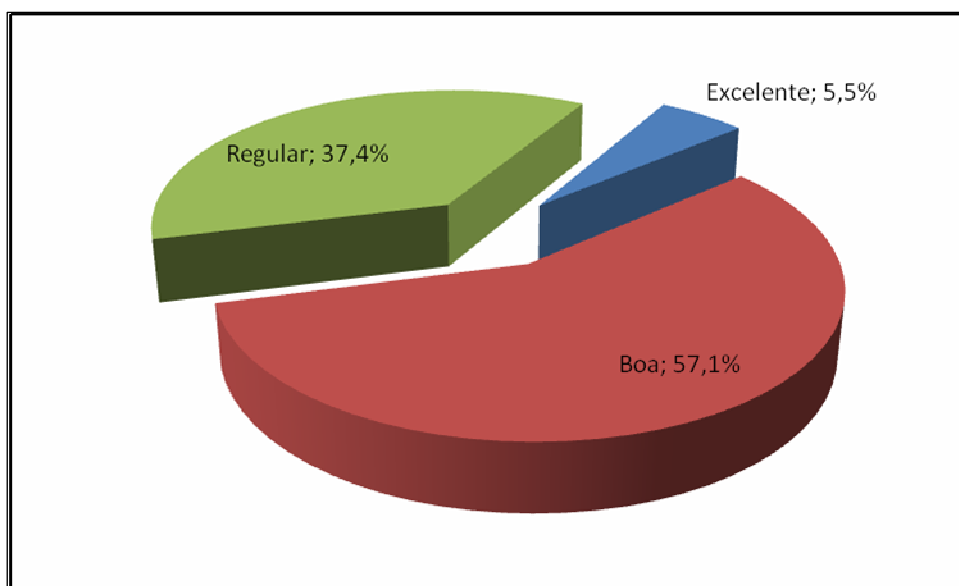


Gráfico 4 – A vida na Ilha de Cotijuba

Entende-se que os resultados apontados indicam que o morador da Ilha, ao considerar o modo de vida como regular, a percebe em comparação aos atributos encontrados em centros urbanos, como, por exemplo, emprego, pois além de vida saudável, natureza preservada e a moradia em um lugar tranquilo, prevalecem entre os informantes o desejo de um emprego como um atributo de Qualidade de Vida (QV0), já que para 23,9%, esse indicador representa vida saudável, morar em um lugar tranquilo e emprego; para 46,6% - vida saudável e

emprego; para 5,9% - vida saudável, natureza preservada e emprego; 6,9% - natureza preservada e emprego; e emprego, para 2,8% dos informantes. No entanto, a qualidade de vida é também descrita por 3,7% dos informantes como vida saudável e natureza preservada; somente vida saudável por 4,1%; vida saudável, natureza preservada e morar num lugar tranquilo, para 3,3%; e vida saudável, natureza preservada e religiosidade, para 2,8% (Gráfico 5).

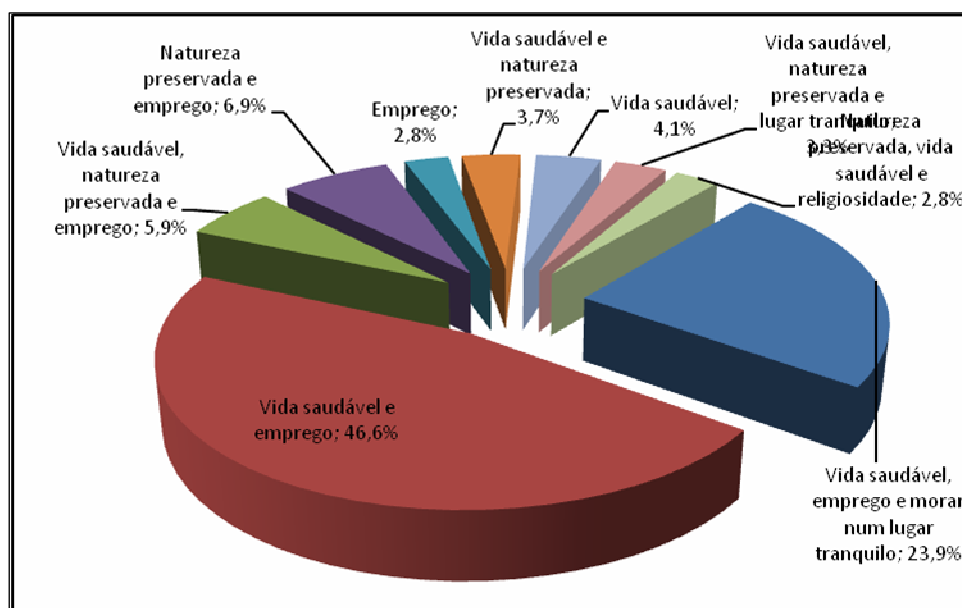


Gráfico 5 – Qualidade de Vida para os informantes

Conforme citado por Machado (2002), a qualidade de vida envolve a interação do indivíduo com o mundo externo, sendo definida por Parmet (2002) como o grau de satisfação do ser humano em relação à sua vida familiar, amorosa, social e, inclusive, ambiental.

Para Barbanti (2004), a QV está intimamente ligada ao padrão de vida, que, por sua vez, é definido como a quantidade e qualidade dos bens e serviços que alguém consome normalmente com determinada renda, e que sofre, portanto, elevação ou decréscimo de acordo com as oscilações ocorridas ao nível da renda, o que, essencialmente, depende das condições de trabalho e, conseqüentemente, de emprego, um atributo de Qualidade de Vida citado pela maioria dos informantes.

5.2 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A PRAIA DO FAROL

A pesquisa também apurou que conceitos como meio ambiente e qualidade de vida se entrelaçam, na medida em que, para 6,9% dos informantes, meio ambiente significa exatamente qualidade de vida; para 17,9% possui o significado de qualidade de vida, tranquilidade e espaço limpo; para 28,1%, qualidade de vida e tranquilidade; e para 2,7%, meio ambiente significa qualidade de vida e conservação da natureza. Apurou-se, também, que para 38,3% dos informantes, meio ambiente é associado à tranquilidade; para 2,8% significa tranquilidade, lugar de saúde e conservação da natureza. No entanto, 3,3% afirmaram não saber o significado de meio ambiente (Gráfico 6).

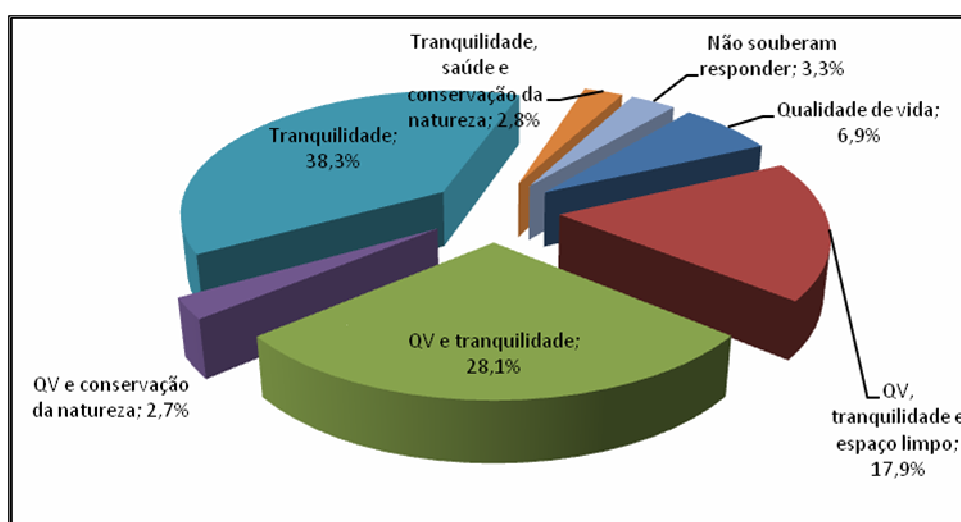


Gráfico 6 – Significado de Meio Ambiente para os informantes

A palavra ambiente tem origem latina: *ambiens, entis: que rodeia*. Entre seus significados encontra-se “meio em que vivemos”.

Como meio exterior, o meio ambiente, segundo Tommasi (2008), engloba tudo o que cerca o organismo. O integral desenvolvimento ocorre através dos meios físico, social e psíquico que, no seu equilíbrio e correlação, possibilitam o desenvolvimento pleno, do ponto de vista biológico, social e psíquico. Há, indiscutivelmente, uma interdisciplinariedade entre os elementos que compõem a organização social, a tal ponto que o entendimento de meio ambiente vai além da idéia de ecologia.

No entanto, ao serem questionados se costumam dialogar sobre o termo *meio ambiente*, com seus vizinhos, 82,5% dos informantes disseram que Não e somente 17,5% relataram que costumam dialogar sobre o termo *meio ambiente* (Gráfico 7).

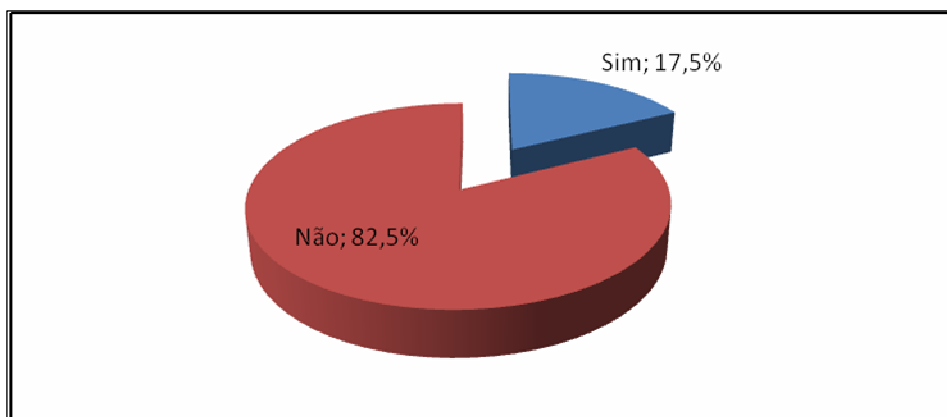


Gráfico 7 – Costuma dialogar sobre o termo *meio ambiente* com os vizinhos?

Tal resultado pode ser associado ao conceito de “alfabetização ecológica” que, para Capra (2006), significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis, comunidades educativas, comerciais e políticas, de modo que os princípios da Ecologia se manifestem, nelas, como princípios de educação, de administração e de política, o que permitiria ao homem ter uma consciência ecológica, isto é, "ser ecologicamente alfabetizado", significando olhar o mundo de outra forma, pensar diferentemente, além de conhecer as razões históricas da degradação da natureza e a premente necessidade de sua preservação, o que resultaria em melhoria da qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que o homem mantém com a natureza.

Dentre os que responderam sim (17,5%), foram os informantes abordados sobre o que mais falam, tendo sido apurado que 41,0% falam sobre lixo e poluição; 34,1%, sobre lixo; 3,4%, sobre poluição e queimadas; 0,9%, sobre lixo, esgoto e poluição; 12,9%, lixo, poluição e queimadas; 5,0%, água e poluição; 1,8%, poluição; e 0,9%, lixo, água e poluição (Gráfico 8).

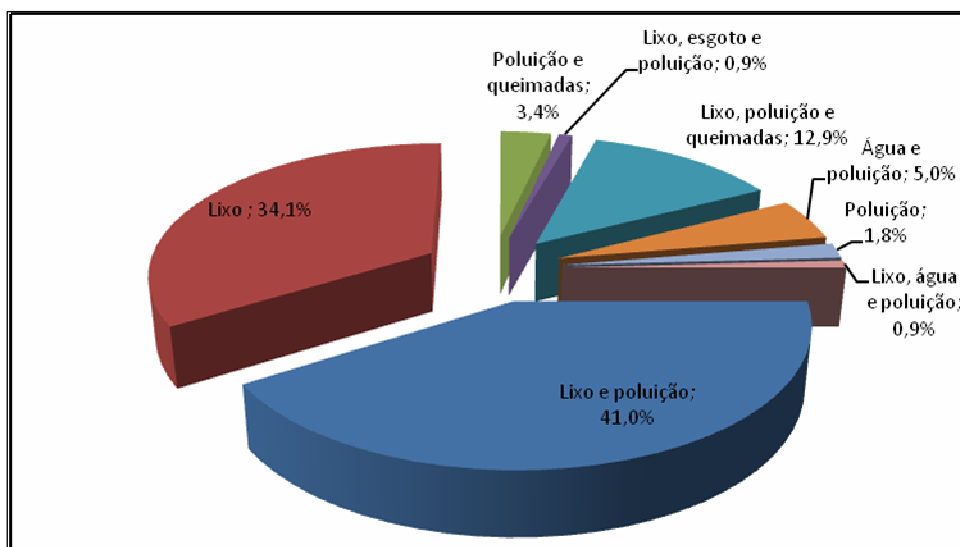


Gráfico 8 – Temas de diálogo entre os informantes que responderam positivamente (17,5%)

Observa-se que, entre todos os informantes, as temáticas sobre lixo e poluição são predominantes, considerando-se, em nosso entendimento, ser a parte visível da degradação ambiental causada pelo homem em sua intervenção na natureza e no meio ambiente. Para Valle (2002), a poluição ambiental pode ser definida como toda ação ou omissão do homem que, pela descarga de material (tomando-se como exemplo o lixo, um dos itens mais citados na pesquisa), ou energia atuando sobre as águas, o solo e o ar, cause um desequilíbrio nocivo, seja de curto ou de longo prazo, sobre o meio ambiente.

A conscientização dos efeitos da poluição ambiental e seus custos para a humanidade requerem, portanto, uma atuação responsável do homem frente aos cuidados com o meio ambiente, o que, segundo Viana e Höeffel (1998) alertam para a necessidade de se buscar novas formas de relação com a natureza a partir da reflexão que o problema ambiental vem provocando e as exigências de mudança de atitude do ser humano com o planeta, sendo assim necessário conhecer o problema, identificar suas causas, buscarem as soluções e estabelecer uma forma nova de relação com a vida.

Essa nova forma de relação que visa minimizar os custos da poluição ambiental para a vida no planeta, segundo Viana e Höeffel (1998), exigem orientar a humanidade para a importância de elementos básicos constituídos por noções de ecologia, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e, principalmente, educação ambiental voltada para a formação integral e integrada ao respeito ao meio ambiente que, dessa forma, possibilitará a prevenção

de ocorrências de desastres ecológicos que tanto têm prejudicado a qualidade de vida humana no planeta.

Os efeitos mais sensíveis, segundo Valle (2002), são a degradação da qualidade ambiental e os prejuízos à saúde, segurança e qualidade de vida do homem, também afetando a biota e as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, que podem ser caracterizadas como de impacto ambiental, sendo que 80,6% dos informantes afirmaram desconhecer seu significado e somente 19,4% relataram conhecer o que seja impacto ambiental (Gráfico 9).

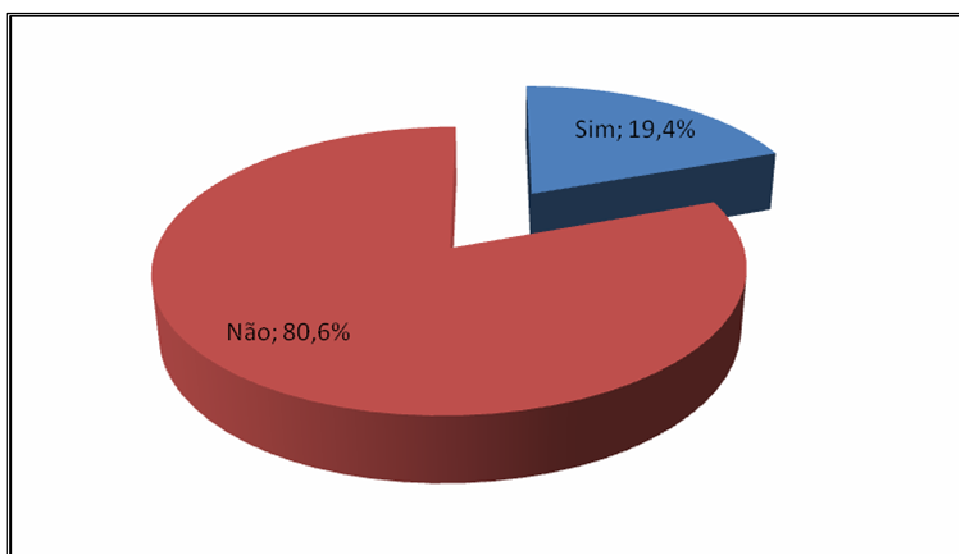


Gráfico 9 – Você sabe o que é Impacto Ambiental?

Segundo Coelho et al (2005), impacto ambiental é o processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por perturbações no ambiente, estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada. É uma expressão que se tornou mais conhecida a partir da década de 1960, com a gradativa tomada de consciência sobre a importância do meio natural para a sobrevivência da humanidade, segundo o autor.

Entende-se, assim, que impacto ambiental é uma decorrência das ações humanas em relação ao ambiente em que se vive e, nesse contexto, foram os informantes orientados a responder se percebem que suas atitudes podem, de alguma forma, afetar o meio ambiente da Praia do Farol, local de objeto deste estudo, sendo uma das praias que possui maior infraestrutura para a exploração da atividade turística, obtendo-se Não para 93,5% dos informantes e Sim para apenas 6,5% (Gráfico 10).

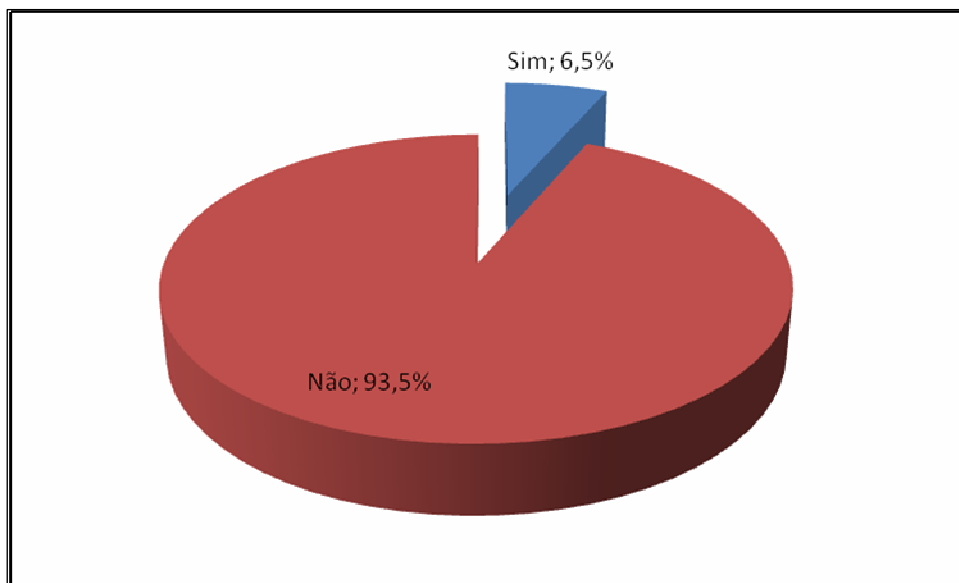


Gráfico 10 – A Percepção das ações dos informantes em relação à Praia do Farol

O acentuado resultado negativo em relação à percepção dos informantes quanto a afetar a Praia do Farol com suas atitudes, atesta a afirmação de Gonçalves (2007) que enfatiza que a preocupação com o meio ambiente caminha a passos lentos no Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos, principalmente em função de prioridades ainda maiores como, por exemplo, a pobreza. Visualiza-se que existem carências em tantas áreas urbanas ou rurais, impedindo que sejam empregadas tecnologias/investimentos na área ambiental. Dessa forma, estamos sempre atrasados em relação aos países desenvolvidos e, com isso, continua-se poluindo no Brasil, pois ao longo da história, verifica-se que poluir é uma realidade quase que cotidiana.

Considera-se, também, que, embora exista legislação específica para a proteção ambiental, além de acordos internacionais em vigor, a realidade apontada pela pesquisa mostra a falta de conscientização ambiental e que os problemas relativos ao tema ainda são enormes e estão longe de serem solucionados, isso porque o meio ambiente é um conjunto, que não está restrito apenas às áreas de preservação e lugares paradisíacos, mas sim a tudo o que nos cerca: água, ar, solo, flora, fauna, homem etc. Cada um desses itens está sofrendo algum tipo de degradação.

Os informantes foram, a seguir, inquiridos a responder quais as mudanças ambientais mais recentes na Praia do Farol, constatando-se que, para 56,6% é o excesso de lixo; para 33,6% são as queimadas e o excesso de lixo; 5,5% opinaram pelo desmatamento, queimadas e

lixo; 2,9%, desmatamento e excesso de lixo e, por fim, queimadas, excesso de lixo e construções em lugares proibidos, para 1,4% (Gráfico 11).

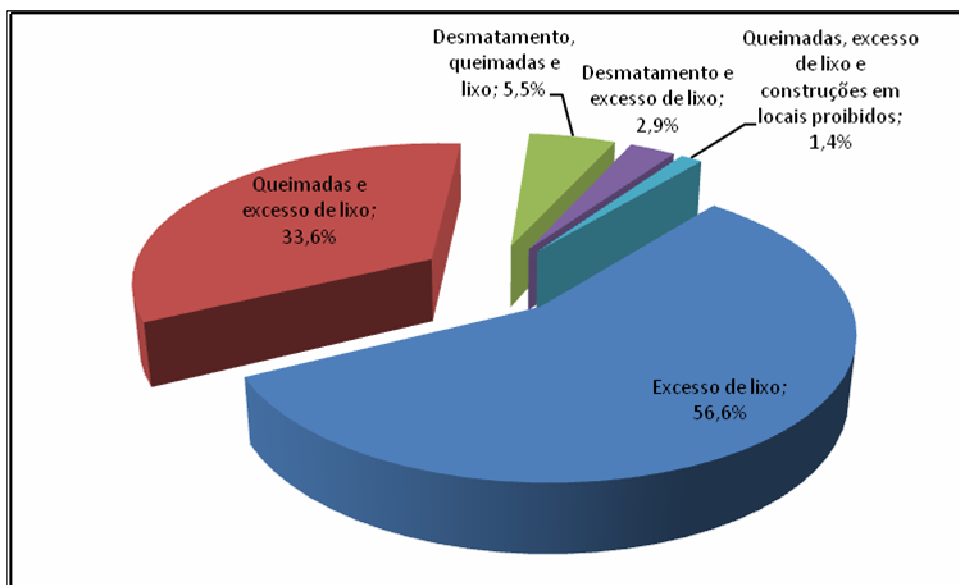


Gráfico 11 - Mudanças ambientais mais recentes na Praia do Farol

Considerando-se que todos os informantes citam o excesso de lixo como uma das mudanças ambientais mais recentes na Praia do Farol, Ribeiro (2000) cita que “o lixo resulta do consumo de bens e serviços em grande quantidade, que caracteriza as sociedades contemporâneas ditas desenvolvidas e os segmentos consumidores da população dos países em desenvolvimento”, além do que o lixo se apresenta como um dos maiores promotores da expansão da poluição, visto que o consumo exagerado leva a um descarte elevado de embalagens e materiais que, muitas vezes, não se decompõem com facilidade, aumentando, assim, o acúmulo de lixo nos aterros e, também, a maior proliferação de impactos ambientais, além de doenças resultantes da decomposição do mesmo.

Segundo 58,5% dos informantes, os responsáveis pelo surgimento dessas mudanças ambientais são os turistas e a comunidade. No entanto, 39,1% consideram como responsáveis os turistas, observando-se que 1,8% dos informantes acreditam que é o governo e, para 0,6%, são os turistas e os cientistas (Gráfico 12).

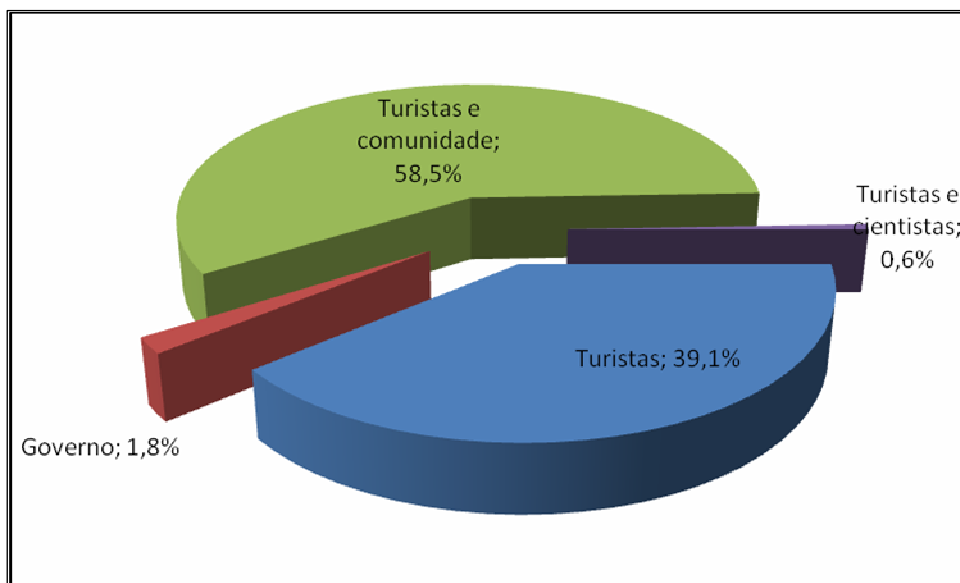


Gráfico 12 – Os responsáveis pelas mudanças ambientais para os informantes

Observa-se que a maioria cita os turistas como responsáveis pelas recentes mudanças ambientais verificadas na Praia do Farol; no entanto, verifica-se que a comunidade local é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento e planejamento do turismo, sendo ela, também, um dos fatores impactantes no desenvolvimento do turismo, haja vista que a ausência de programas e projetos de educação ambiental, em áreas de exploração turística ou ecoturística, também possibilita que a própria comunidade contribua para a degradação ambiental.

Coelho (2005) afirma que os turistas, ou seja, os consumidores da atividade turística de uma determinada região ou localidade; necessitam de educação ambiental a respeito dos custos e benefícios associados a comportamentos e atitudes de respeito e conservação do meio ambiente.

De acordo com Schwaninger (apud RUSCHMANN, 2007), foi prognosticada uma série de tendências para o turismo ambiental entre os anos 2000-2010, a saber:

a) conscientização do estreito relacionamento entre o homem e a natureza ampliará a importância dos aspectos ambientais, incentivando os movimentos conservacionistas. Os projetos de equipamentos que excedam os limites da agressão ao meio ambiente serão rejeitados pelos especialistas e pelos próprios turistas;

b) a comunidade de áreas turísticas receptoras adotará estratégias adequadas à preservação do seu patrimônio natural e cultural;

c) as autoridades públicas e as instituições políticas contribuirão para o desenvolvimento dos interesses das comunidades e de seu ambiente original;

d) alguns dos esforços no sentido de preservar o meio ambiente ou alguns locais privilegiados pela natureza virão tarde demais, pois algumas depredações são irreversíveis. Assim, ocorrerá o declínio de algumas destinações clássicas e surgirão, lamentavelmente, substitutas, desenvolvidas em ambientes antes intocados;

e) adaptação dos espaços para a atividade de lazer, como forma de compensar a falta de contato com a natureza nos ambientes urbanos;

f) a conscientização ambiental atingirá o setor dos alojamentos turísticos. O futuro indica uma tendência de restaurações ou reformas; e

g) a sensibilidade ambiental crescente estimulará os esforços no sentido de proteger, conservar e valorizar o meio natural e também o sociocultural, criando expectativa de que empresários do turismo abandonem a visão estreita que têm de seus negócios e o imediatismo do lucro e assumam uma mentalidade de planejamento a longo prazo, conscientizando-se de que uma estratégia ecológica será essencial para o sucesso do empreendimento.

Geralmente, a comunidade local é dependente dos recursos naturais que atraem os turistas. Estes, por sua vez, podem ser encarados como competidores, pois usufruem dos recursos básicos da comunidade. Portanto, se a comunidade não for envolvida e não receber benefícios que amenizem essa "perda", a competição entre as partes pode ocorrer e a tendência será sempre a comunidade responsabilizar os turistas por todos os aspectos negativos que envolvem a exploração da atividade turística (COELHO, 2005).

Dessa forma, os informantes foram abordados sobre a contribuição deles para a solução dos problemas ambientais da Praia do Farol, tendo como resultado que 28,1% afirmaram que contribuem não queimando e não acumulando lixo; 12,4%, não acumulando lixo; 19,8%, não queimando o lixo e preservando o ambiente; 14,7%, preservando o ambiente, não queimando e não acumulando lixo; 15,7%, preservando o ambiente e não acumulando lixo; 3,7%, preservando o ambiente; 2,8%, preservando o ambiente, não desmatando e não acumulando lixo; 1,4%, não queimando lixo; 0,9%, não desmatando e não queimando lixo; e 0,5%, não desmatando (Gráfico 13).

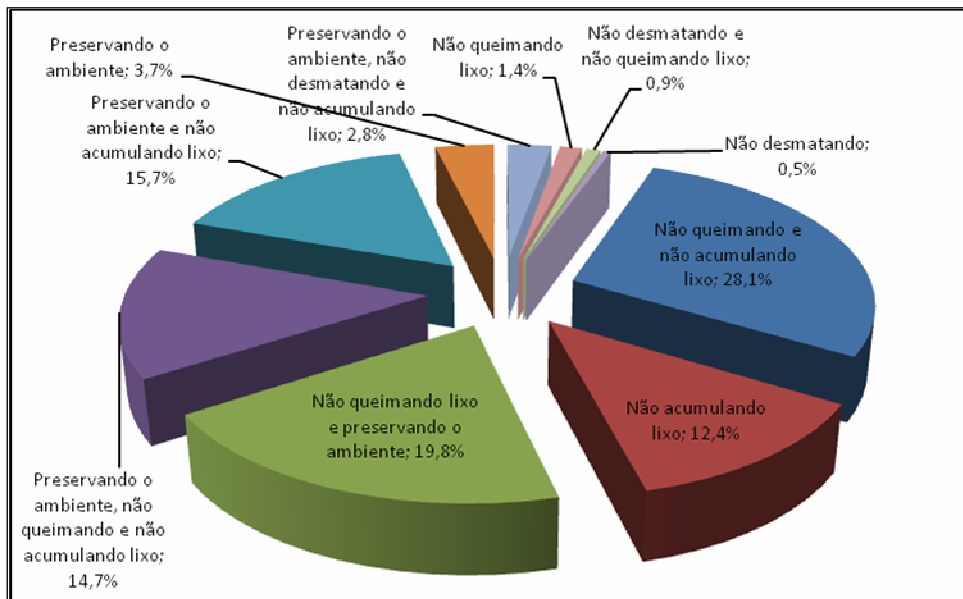


Gráfico 13 – Contribuição dos informantes para os problemas ambientais da Praia do Farol

Do mesmo modo, os informantes foram questionados a indicar como os turistas poderiam contribuir para a solução dos problemas ambientais existentes, atualmente, na Praia do Farol – Ilha de Cotijuba, apurando-se que a maioria 65,9% opinou que os turistas já contribuiriam não deixando lixo na praia; 7,3% indicaram, como contribuição dos turistas, a preservação do ambiente e não deixando lixo na praia. Porém, 26,8% dos informantes, apesar de opinarem que os turistas podem contribuir não deixando lixo na praia e preservando o ambiente, acreditam que não existe contribuição alguma por parte dos turistas (Gráfico 14).

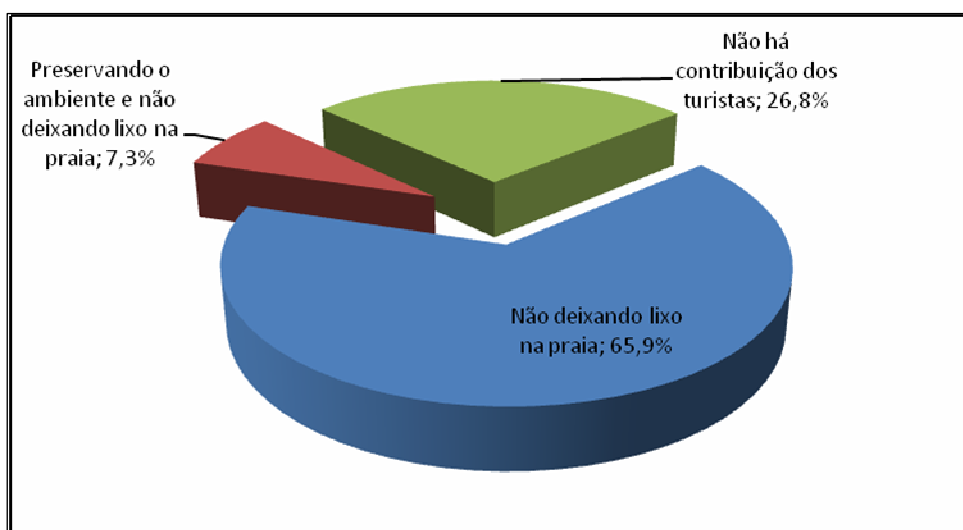


Gráfico 14 – Como os turistas poderiam contribuir para a solução dos problemas ambientais da Praia do Farol?

Mediante os resultados acima, verificou-se que 74,2% dos informantes acreditam que se a Ilha não recebesse turistas, os problemas ambientais não existiriam, ao passo que 25,8% não acreditam nessa hipótese (Gráfico 15).

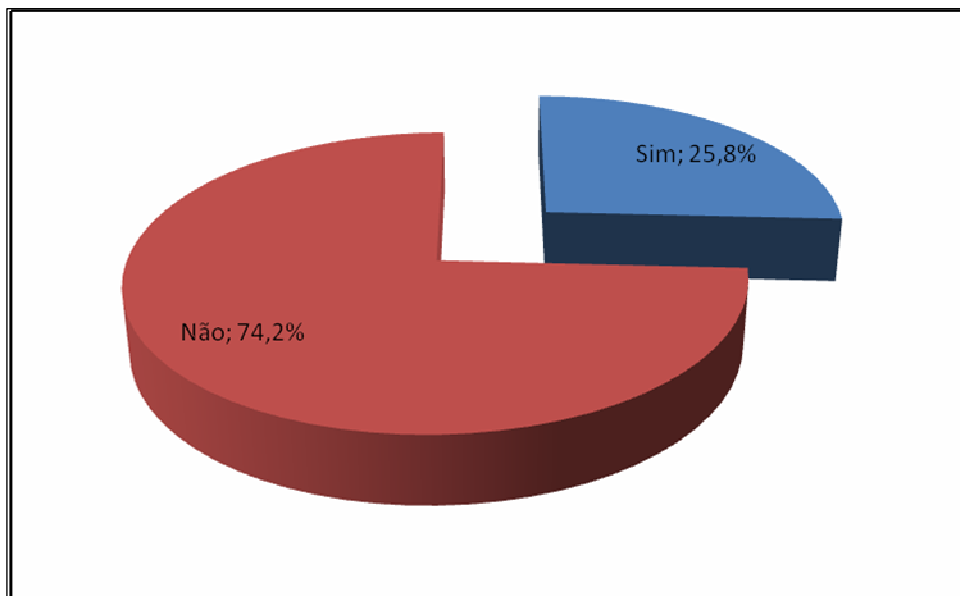


Gráfico 15 – Se a Ilha não recebesse turistas, os problemas ambientais não existiriam?

Os resultados apontados pela pesquisa indicam que a atividade turística, no contexto atual de preservação ambiental, deve trazer benefícios à população, pois ao apresentar aos visitantes as belezas e curiosidades de determinado lugar, deve, ao mesmo tempo, respeitar e ajudar a comunidade instalada naquele ambiente.

6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa se propôs a analisar a percepção da comunidade sobre os impactos ambientais da atividade turística na praia do Farol, na Ilha de Cotijuba-Belém/PA e, nesse sentido, observou-se que:

Para maioria dos informantes a vida na ilha ainda é boa, pois é tranquila, entretanto como atributo de qualidade de vida falta emprego, o que caracteriza uma boa percepção ambiental, já que qualidade de vida e tranquilidade podem ser associados a meio ambiente, que significa “todo meio exterior ao organismo que afeta o seu integral desenvolvimento”.

A maioria da população estudada não conhece o termo Impacto Ambiental, porém percebe o excesso de lixo na praia do Farol e conseqüentemente a poluição causada pelo mesmo, o que caracteriza uma boa percepção ambiental dos impactos negativos do turismo.

O turismo de massa que caracteriza a atividade na Ilha de Cotijuba/PA é sazonal e degrada o meio ambiente, como consequência da especulação imobiliária; pela falta de planejamento da atividade e pelo acúmulo do lixo produzido pelos turistas;

Existe, pois, a necessidade de um planejamento adequado para o desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Cotijuba, tanto no sentido de sua otimização e melhoria dos serviços oferecidos, quanto no sentido da preservação ambiental e das condições de qualidade de vida da população local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. **Turismo de Saúde: estudos sobre ervas**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2005.

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 2004.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**, 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

BARBOSA, Yacarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

BELLO, Célia V. V. Zeri. **Uma Proposta para o Desenvolvimento Sustentável, com Enfoque na Qualidade Ambiental Voltada ao Setor Industrial**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRANCO, Sebastião. Contabilidade e risco ambientais. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro: BNDES, v.6, n.11, 2004.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Unidades de Conservação no Brasil: Cadastramento e Vegetação**. 1991-1994. Brasília, 2006.

CAIRNS, David. Relatórios sobre questões do meio ambiente. **Boletim do IBRACON**. São Paulo. Mar. 2003.

CAPRA, Fritjof. O que é Alfabetização Ecológica. In: _____. **Princípios de Alfabetização Ecológica**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2006.

CARSON, Rochel. **Tempos Silenciosos**. São Paulo: Artes Médicas, 1962.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Territorialidade em luta: uma análise dos discursos ecológicos**. São Paulo: Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, 2001. , p 1-56 (Serie Registro, nº 9).

CNUMAD. **Nosso Futuro Comum**: Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CASTRO, Newton et al. **A questão ambiental**: o que todo empresário precisa saber. Brasília: Ed. SEBRAE, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes et al. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Tertrand Brasil, 2005.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **Agenda 21**. São Paulo: Senado Federal, Brasília, 1997.

CORREA, Osmar. **Fundamentos Naturais da Geografia**. Recife: UVA. 2006.

COSTA, Jean Henrique. **Turismo de negócios**. 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/sinteseteorica.html>> Acesso em: 27 de agosto de 2009.

DE ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo, Planejamento e Marketing**. Barueri/SP: Manole, 2002.

DEL RIO, Vicente. **A experiência brasileira**. São Paulo: Studio-Nobel, 1996.

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental**: princípio e prática. 4ª ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **As populações tradicionais**: Conflitos e Ambigüidade. In: _____. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: NUPA UB - Universidade de São Paulo, 2004.

FARIAS, José Antônio Lima de. **Turismo e produção do espaço na Ilha de Cotijuba, Belém-Pará**. Belém/Pará: UFPA, 2006.

FELLENBERG, G. **Introdução aos problemas da poluição ambiental**. São Paulo: EPU/EDUSP, 2000.

FERNANDES, Roosevelt da Silva et al. Avaliação da percepção ambiental da sociedade frente ao conhecimento da legislação ambiental básica. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 33, jul/dez. 2008.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

GOMES, Eduardo Lima dos Santos. **Ilha de Cotijuba e experiência de ecoturismo comunitário no estuário amazônico**. Belém/PA: UFPA, 2001.

GOMES, Lenisa Nina; SANTOS, Márcio Costa Fernandes Vaz dos.. **Percepção Ambiental da População da Área do Entorno do Parque Estadual do Bacanga**. São Luís-MA: Universidade Federal do Amazonas – Faculdade de Ciências Agrárias. Adaptação de Questionário de Pesquisa. São Luís, Maranhão, 2006. Projeto de Pesquisa de Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais

GONÇALVES. **Educação Ambiental**. Disponível em www.geocities.yahoo.com.br/mcrece. Acessado em 13 de janeiro de 2010.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Ed. da UNB, 1996.

LAGE, Beatriz H.; MILONE, Paulo César. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEIS, H. . Repensando o Estado e a Sociedade Civil a partir do Terrorismo. In: CARVALHO, Maria Izabel Valladão de; SANTOS, Maria Helena de Castro. (Org.). **O Século 21 no Brasil e no mundo**. Baurú: EDUSC, 2006, v. , p. 117-142.

LEIS, Héctor R.; D'AMATO, José Luís. **O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões históricas, ética e vivencial**. São Paulo: Gaia, 2000.

LEITE, Lúcia; MENINI-MEDINA, Nana. **Panorama da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC/COEA, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas (SP): UNICAMP, 1996.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO, C. de L. B. **Motivação, qualidade de vida e participação no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MELO, Odimar do Carmo. **O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Gaia, 1999.

NOBRE, Mário Antônio. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2008.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1991.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

PARASURAMAN, A. **Serviços de marketing: competindo através da qualidade**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Maltese-Norma, 2006.

PEREIRA, Erika Batista; FARIAS, Rosa Sulaine Silva; SANTOS, Silvana Maria dos. **Estudo da estruturação urbana de Cotijuba e contribuições para o desenvolvimento do ecoturismo na Ilha**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Instituto Tecnológico, Universidade Federal do Pará, Belém/PA 2000.

PIRES, P. S. **Ecologia e turismo**. Monografia (Especialização) - Pós-Graduação em Nível de Especialização em Administração de Turismo. [s.l]: INPG, FURB; ESTHF, 1997.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar: pensando o ambiente humano**. Belo Horizonte: RONA, 2000.

RIBEIRO, G.L; BARROS, F. L. **A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Mundo Contemporâneo**. Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

ROCHA, A. A. et. al. Contribuição ao conhecimento do estado ecológico-sanitário dos manguezais da costa. São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 1999, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 1999.

ROSENDHAL, Zeny. **Percepção, vivência e simbolismo do sagrado no espaço, peregrinos e turistas religiosos**. Fortaleza: UECE, 1998, v.2.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: Papirus, 2007.

SANCHO, Amparo. (Org.). **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1998.

SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da; BARREIRA, Cristiane Antunes. **Turismo de Saúde**. São Paulo: Ed. SENAC, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1997.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL – Difusão Editorial S/A, 1980.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 4ª ed. Rev. e ampl. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

VIANA, Rosa Maria; HÖEFFEL, João Luiz. **Conhecimento, cidadania e meio ambiente**. São Paulo: Petrópolis, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS IMPACTOS DO TURISMO PELOS MORADORES DA PRAIA DO FAROL - ILHA DE COTIJUBA - BELÉM/PÁ

Pesquisadora Responsável: TELMA SUELI NASCIMENTO DA SILVA

QUESTIONÁRIO

1) Identificação do informante:

Grau de instrução: () Fundamental () Médio () Superior

() Sem instrução () outros

Nacionalidade:

Naturalidade:

Ocupação profissional:

2) Trajetória

a) Há quantos anos você reside na Ilha de Cotijuba?

() menos de 5 anos () de 5 a 10 anos () de 10 a 20 anos () mais de 20 anos

b) Você já morou em outro lugar? Qual (ais)

R _____

3) Como você considera a vida na Ilha?

() excelente

() péssima

() boa

() outra opção, qual? _____

() regular

() não quero responder

4) Para você o que é qualidade de vida? Marque até 3 alternativas.

() vida saudável

() emprego

() natureza preservada

() morar num lugar tranquilo

() religiosidade

() não sei

5) O meio ambiente (representando pelas praias, matas e animais) significa o quê para você?

() qualidade de vida

() espaço limpo

() tranquilidade

() conservação da natureza

() terra, água e ar

() poluição

() lugar de saúde

() não sei

6) Você costuma dialogar sobre o termo meio ambiente com seus vizinhos?

() sim () não

7) Vocês falam mais do quê?

() lixo () esgoto
 () água () poluição
 () desmatamento () queimadas

8) Você sabe o que é impacto ambiental?

() sim () não

9) Você percebe que suas atitudes podem afetar de alguma forma a Praia do Farol?

() Sim () Não

Como? _____

10) Para você, quais as mudanças ambientais mais recentes na Praia do Farol?

() desmatamento () queimadas
 () excesso de lixo () Não sei
 () construções em locais proibidos () não quero responder

11) Quem são os responsáveis pelo surgimento dessas mudanças ambientais?

() o governo () os turistas
 () os cientistas () as organizações ecológicas
 () a comunidade () não sei

12) Como você tem contribuído para a solução dos problemas ambientais da Praia do Farol?

() preservando o ambiente () não acumulando lixo
 () não desmatando () trabalhos comunitários
 () não queimando o lixo () Outros:-----

 () fiscalizando () não sei

13) E os turistas (visitantes), como poderiam contribuir?

() preservando o ambiente () não há contribuição
 () não deixando lixo na praia () outros:

 () denunciando () não sei

14) Se a ilha não recebesse turistas (visitantes) os problemas ambientais não existiriam?

() sim () não

ANEXO – PROTOCOLO CEP/UNITAU n° 412/09



PRPPG-Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa

Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO N° 487/09

Protocolo CEP/UNITAU n° 412/09 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Impactos da atividade turística ao meio ambiente: estudo de caso da Praia do Farol - Ilha de Cotijuba - Belém/PA*

Pesquisador(a) Responsável: Telma Sueli Nascimento da Silva

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **13/11/2009**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 13 de novembro de 2009



Prof. Robison Baroni
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté